



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIEGO DA SILVEIRA BORGES
VICTOR XIMENES PESSOA

OUTRAS MARIAS DA PENHA

FORTALEZA

2010

Diego Da Silveira Borges

Victor Ximenes Pessoa

OUTRAS MARIAS DA PENHA

Produção jornalística apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, sob a orientação do Prof. Agostinho Gósson

FORTALEZA

2010

DIEGO DA SILVEIRA BORGES

VICTOR XIMENES PESSOAS

OUTRAS MARIAS DA PENHA

Esta produção jornalística foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta produção jornalística é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Aprovada em __/__/____

Produção jornalística apresentada à Banca Examinadora:

Prof. Agostinho Gósson (Orientador)

Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Ms. José Ronaldo Aguiar Salgado (Membro)

Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Ms. Raimundo Nonato de Lima (Membro)

Universidade Federal do Ceará - UFC

Aos nossos pais

AGRADECIMENTOS

A Deus, inteligência suprema e causa primeira de todas as coisas, que me permitiu chegar a este momento; aos meus pais, pelo apoio e amor incondicionais; ao Mestre Agostinho Gósson, por tantas tardes de valiosos ensinamentos jornalísticos e por acreditar neste projeto; a Professora Klycia Fontenele, cujo auxílio foi fundamental para a execução do trabalho; a todas as usuárias e profissionais do Centro de Referência Francisca Clotilde, por abrir as portas da instituição e mostrar a luta diária de tantas mulheres para extirpar o câncer da violência de gênero dos lares de nossa terra; a toda equipe do jornal Diário do Nordeste, em especial a editora Regina Carvalho e aos colegas jornalistas Anchieta Dantas Júnior, Ângela Cavalcante, Armando de Oliveira Lima, Carol de Castro, Carlos Eugênio, Cristiane Bonfim, Gustavo de Negreiros, Guto Castro Neto, Ilo Santiago Júnior, Isildene Muniz, Lívia Barreira, Samira de Castro e Sérgio de Sousa, da editoria de Economia, pelas memoráveis lições diárias de bom jornalismo, essenciais para a minha formação profissional e para a elaboração deste livro-reportagem; a Isabel Filgueiras, Rafael Cunha e Rodrigo Rodrigues, amigos certos de todas as horas; e, enfim, a Victor Ximenes Pessoa, companheiro de baixíssimo potencial hidrogeniônico, mas com coração de tamanho imensurável, que compôs comigo uma sólida e confiável parceria durante os últimos quatro anos, a qual finda, academicamente, a partir de agora.

Diego da Silveira Borges

Aos meus pais, José Júnior Pessoa e Silva e Vitória Ximenes Pessoa, por darem o melhor de si em minha formação e por conseguirem suportar a convivência com esse sujeito tão complicado; a todos os familiares, portadores do mesmo sangue que carrego em minhas veias, especialmente, à minha querida avó, Aparecida, aos tios Nonato, Walfrido, Luis, Lessa, Teresa, Graça, Tânia e Liduína e aos primos Luisinho, Emmanuel, Luana, Kátia e Edwin; aos quase irmãos, companheiros de tantas farras e conversas, Lucas Albuquerque, Alexandre Magno e Wender Nogueira. Aos maiores mestres que um jornalista pode ter, Ronaldinho Salgado e Agostinho Gósson. A todos os profissionais do Diário do Nordeste, com quem aprendi e aprendo, diariamente, a

exercer essa louca e honrosa profissão, em especial a Regina Carvalho, Anchieta Dantas Jr., Ângela Cavalcante, Armando de Oliveira Lima, Carol de Castro, Carlos Eugênio, Cristiane Bonfim, Gustavo de Negreiros, Guto Castro Neto, Ilo Santiago Júnior, Isildene Muniz, Lívia Barreira, Samira de Castro, Sérgio de Sousa, Ívila Bessa, Dellano Rios, Henrique Nunes e Dalwton Moura; a Diego Borges, que se dedicou com fervor a este trabalho. Aos grandes e inesquecíveis amigos, Pâmela Marinho, Eduardo Mamede, Camilla Carneiro, Renato Barreto, João Moura, Aurimar Monteiro, Livia Schramm, Cristina Cysne e Rafael Guimarães; a Jack Nicholson, o maior ícone artístico de todos os tempos; e, enfim, às profissionais do Centro de Referência Francisca Clotilde, sem as quais esse trabalho não existiria.

Victor Ximenes Pessoa

“Mulher, teus olhos são meus livros”

(Machado de Assis)

RESUMO

Contextualizadas as relações históricas entre homens e mulheres que culminaram em uma dominação masculina, apresenta-se a evolução da legislação brasileira no que tange aos direitos femininos até sua mais efetiva representação, atualmente, na forma de Lei Maria da Penha, promulgada em agosto de 2006. Discute-se ainda a existência das Delegacias de Defesa da Mulher no combate à violência de gênero e sua escassez, no Estado do Ceará, em particular, nos municípios com população superior a 60 mil habitantes; trazendo as principais estatísticas sobre o problema, as quais apontam um inchaço nos números pós-Maria da Penha, estimulados pelo crescimento do número de denúncias. Disserta-se também sobre as medidas protetivas, principal recurso de resguardo à mulher violentada; e vale-se de um capítulo para esmiuçar a alarmante situação na Região Metropolitana do Cariri. Conta ainda casos de violência relacionados às figuras olímpicas, os quais tiveram ampla repercussão na mídia nacional e internacional. Entre os principais tópicos do trabalho, mulheres que vivenciaram tristes situações de violência doméstica.

Palavras-chave: Reportagem. Violência contra a mulher. Lei Maria da Penha.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	10
1.1 Considerações jornalísticas	10
1.2 Livro-reportagem	12
2. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	14
2.1 Origens	14
2.2 Avanços morosos	17
2.3 Lei Maria da Penha	21
2.4 DDMs	23
2.4.1 Mulheres vítimas de crimes com morte entre 2001 e 2009	26
2.5 Medidas protetivas	27
2.6 Juizado	28
3. NOVAS HISTÓRIAS, VELHAS PRÁTICAS	29
3.1 A dor de muitas	29
3.2 Maria das Chagas	30
3.2.1 As Filhas	31
3.2.2 Mudança de perspectiva	33
4. A VIOLÊNCIA NO CARIRI	35
4.1 Mulheres na mira	35
4.2 Agosto sangrento	36
4.3 Patriarcalismo perene	37
4.4 O vilão líquido	40

4.5 Estrutura carente	42
4.6 Escritório da Morte	43
5. MARIA ESPERANÇA	45
5.1 Falsa estabilidade	45
5.2 O fim da paz	47
5.3 Dificuldades financeiras	49
5.4 Saindo de casa	54
5.5 Alternativas	56
5.6 A construção do agressor	58
5.7 Novos horizontes	59
6. VIOLÊNCIA OLIMPIANA	61
6.1 Terror sem fronteiras	61
6.1.1 Rihanna e Chris Brown	62
6.1.2 Sandra Gomide e Pimenta Neves	65
6.1.3 Oksana Grigorieva e Mel Gibson	69
6.1.4 Brooke Mueller e Charlie Sheen	72
6.1.5 Luana Piovani, Viviane Sarahyba e Dado Dolabella	74
6.1.6 Goleiro Bruno e Eliza Samúdio	76
7. MARIA DAS DORES	79
7.1 Drogas ao alcance	79
7.2 Vício financiado	81
7.3 Estado falho	84

8. CONCLUSÃO	86
8.1 Instrumentos de combate	86
8.2 Lei Maria da Penha: o que ainda falta?	88
8.3 O sonho de uma sociedade amadurecida	89
8.4 Muito a ser feito	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

¹. APRESENTAÇÃO

1.1 Considerações jornalísticas

Nem que queira, o jornalismo prescinde de um dos lados da história. Por mais que não estejam explicitados no texto, a construção deste depende de lados conflitantes que culminam em beneficiados e prejudicados, conforme detalha o autor Eugênio Bucci¹. É da sua natureza a investigação, descobrir histórias que não querem que sejam divulgadas, mas que são de interesse do cidadão comum. E, por mais que bons exemplos e histórias felizes sejam sempre interessantes, o jornalismo também necessita tratar das tragédias. Essa dicotomia é basilar e fundamental para que os valores sociais sejam percebidos, tanto racionalmente quanto emocionalmente, já que estarão ligados às diversidades. A profissão precisa lidar com todas essas ambiguidades, as quais, segundo Francisco José Karam², fazem parte da sua essência. A tragédia permeia grande parte deste trabalho, já que escancara a realidade das vítimas da violência de gênero, utilizando a grande reportagem como instrumento de relato dos fatos. Neste livro-reportagem, a vida das mulheres vítimas de violência é exposta de forma a apresentar informações sólidas sobre este gargalo e, principalmente, histórias de vidas daquelas que decidiram quebrar o silêncio do medo e da repressão, e lutar por justiça.

De acordo com Edvaldo Pereira Lima³, o estabelecimento da reportagem ocorreu nos anos de 1920, atrelado ao surgimento de um novo veículo de comunicação e a uma nova categoria de prática do jornalismo, respectivamente, a revista semanal e o jornalismo interpretativo. Nessa época, o público se mostrava insatisfeito com a cobertura realizada pela imprensa, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial. A

¹ BUCCI, EUGÊNIO. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 42.

² KARAM, FRANCISCO JOSÉ CASTILHOS. Jornalismo, ética e liberdade. São Paulo: Summus, 1997. p. 78-79.

³ LIMA, EDVALDO PEREIRA. Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 24-25.

grande queixa era com relação à ausência de um aprofundamento das causas e consequências do conflito. Os jornalistas prendiam-se inteiramente aos acontecimentos em si, ao factual, a um relato das ocorrências, mas faltava uma análise mais profunda sobre a situação, um resgate histórico e político, entre outros, que ajudassem a compreender o evento em sua magnitude. Ou seja, que a informação tivesse um tratamento mais adequado.

Uma das principais formas de expressão da reportagem, conforme afirma Pereira Lima, é o jornalismo interpretativo. Essa prática busca elucidar as principais questões pertinentes a um fato, esmiuçando alguns, senão todos os seguintes itens: o contexto do fato, detalhando a composição da rede de envolvidos com o momento; os antecedentes, apresentando os pontos que, juntos, culminaram naquele momento; o suporte especializado, embasando as informações prestadas com entrevistas com especialistas ou testemunhas; a projeção, tirando do presente e do passado subsídios que ajudem a projetar os próximos acontecimentos; e o perfil, trazendo o lado humano do evento, de forma a oferecer emoção e um sentimento de proximidade com o assunto.

“(…) a reportagem, enquanto gênero, pressupõe o exame do estilo com que o jornalista articula sua mensagem. Significa também um certo grau de extensão e/ou aprofundamento do relato, quando comparado à notícia, e ganha a classificação de grande-reportagem quando o aprofundamento é extensivo e intensivo, na busca do entendimento mais amplo possível da questão em exame. Em particular, ganha esse status quando incorpora à narrativa elementos que possibilitam a compreensão verticalizada do tema no tempo e no espaço, ao estilo do melhor jornalismo interpretativo, (...) onde esta modalidade de informação aprofundada da contemporaneidade adquire, nos melhores casos, qualidade compatível com a proposta de leitura ampliada do real.” (LIMA, 1993, p. 27)

1.2 Livro-reportagem

A partir do conceito de reportagem como ampliação da notícia, chega-se ao livro-reportagem, que, nas palavras de Edvaldo Pereira Lima, seria um veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiramente dado nos meios de comunicação, no sentido de ofertar maior ênfase ao tema abordado. Ele se distingue de outras publicações de livros por três fatores essenciais: conteúdo, pois trata essencialmente de assuntos verossímeis; ao tratamento, com relação à linguagem eminentemente jornalística; e à função, típica ao jornalismo, de informar, orientar, explicar, denunciar, entre outros. Também vai na contramão das publicações acadêmicas, que em geral tendem a ter uma linguagem mais rebuscada de forma a parecerem mais intelectualizadas, conforme diz Stela Guedes Caputo⁴.

Das mais variadas classificações dadas por Pereira Lima para livro-reportagem, como depoimento, retrato, ciência, ambiente, história, nova consciência, instantâneo, atualidade, antologia, denúncia, ensaio, viagem e perfil, o presente trabalho não fica preso a uma só categoria. Alimenta características do livro-reportagem perfil, com as características e circunstâncias de vida das mulheres vítimas de violência; do depoimento, de forma a reconstituir os acontecimentos; e denúncia, relatando o drama dessas pessoas.

Nas entrevistas com as principais fomentadoras deste trabalho, a vontade de não serem identificadas, fotografadas e de não responderem a determinadas indagações foram completamente respeitadas, como exige a postura ética do jornalista. “Muitas vezes o entrevistado quer falar alguma coisa em off ou seja, não quer que seja publicado e sequer gravado. Ele pede para desligarmos o gravador e desligamos, mesmo. Se não quiser ser identificado, nem fotografado, perguntamos por que e respeitamos” (GUEDES CAPUTO, 2006, p.46)

Entretanto, mesmo o rigor ético jornalístico não foi suficiente para amenizar o fato de serem dois estudantes do sexo masculino investigando um tema no qual este

⁴ CAPUTO, STELA GUEDES. Sobre entrevistas: teoria, práticas e experiência. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006. p. 20-21.

gênero é, na maioria das vezes, o grande vilão. Portanto, os caminhos para se obter as informações foram bem mais tortuosos. Em alguns casos, ao passo que estudantes mulheres só precisavam de declarações corriqueiras das universidades para ter acesso a determinadas instituições de apoio à mulher, os autores deste trabalho foram instruídos a submeter o projeto a uma comissão de ética, já que se caracterizava como pesquisa em seres humanos. Ou seja, este livro-reportagem, de cunho jornalístico, teria que passar pelo mesmo processo pelo qual passa estudantes de farmácia, por exemplo, que querem testar substâncias em pacientes de hospitais públicos. Acreditando no bom senso daqueles que participam da luta contra a violência doméstica e demonstrando disposição em contribuir para a causa, os autores conseguiram autorização para realizar o trabalho no Centro de Referência e Atendimento à Mulher Francisca Clotilde (CRM), evitando uma etapa que certamente impossibilitaria a realização deste projeto no tempo proposto. Assim, após conversas com especialistas e visitas aos mais diversos órgãos públicos dedicados a combater a violência de gênero, foi composto este livro-reportagem, que visa amplificar esse debate entrando na vida de outras Marias da Penha, mulheres que romperam o silêncio por uma vida mais digna.

2. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

2.1 Origens

Qual homem nunca sonhou em entender o que se passa no âmago feminino? Um reles vislumbre, um discernimento ainda que ínfimo sobre a imensidão ininteligível do outro universo, um mundo completamente diferente do masculino, regado de trejeitos sutis e enigmáticos. Idiossincrasia adocicada. Fortes de espírito, frágeis de corpo. Fragilidade vista com oportunismo raso por certos homens. A estupidez destes, nefastamente apaixonados, embriagados de um poder destruidor, cria em suas mentes a imagem deturpada de quem são, realmente, as mulheres. Inferiores. O domínio covarde irrompe. As mulheres encontram-se acuadas, perdidas, sofridas, arruinadas. Não importa o lugar do planeta. Não importa o nível de instrução, a quantidade de dinheiro na conta bancária. O tumor insano da violência ainda acomete as mulheres, das formas mais perversas. A força erguida contra essa maldição, no entanto, só cresce. Graças à Maria da Penha⁵, a lei ganhou severidade contra os vilões de tantas histórias semelhantes. Hoje, felizmente, é mais difícil ser o vilão. Ainda assim, eles existem, e são muitos. Mas as outras Marias da Penha lutam mais vigorosas, munidas pelo complexo e inalienável direito de ser mulher.

Diante de uma realidade em que as estatísticas comprovam que a violência contra a mulher, apesar dos avanços jurídicos e sociais, é uma realidade distante de um desfecho adequado, pode-se deduzir que a História apresenta inúmeras situações que atestam a existência de uma “dominação masculina”. O tema, inclusive, é amplamente discutido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu⁶. Essa subjugação, para ele, tem início na diferença biológica entre os seres dos gêneros masculino e feminino, a qual dá origem às distinções sociais. O exemplo primordial está justamente na divisão social do trabalho. O homem, com sua aptidão natural à força física, à capacidade reprodutiva, sexual e social, ao combate e ao exercício da vingança foi socialmente colocado em

⁶ BOURDIEU, PIERRE. A dominação masculina; tradução Maria Helena Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 15-22.

posição superior à feminina, cuja imagem suscita fragilidade. Consequentemente, ele ocupou os postos essenciais das sociedades durante os séculos.

Primitivamente, no relacionamento entre homem e mulher, a figura feminina desempenhava uma função social igual à do homem. Com robustez física, o homem caçava e pescava, enquanto à mulher competia o desenvolvimento da agricultura e tarefas domésticas. A partir do aumento da riqueza individual do homem, da monopolização da política bem como a queda do direito materno ocorreu uma enorme desigualdade jurídico-social entre homens e mulheres.

Ela, por muitos anos, teve uma educação diferenciada da masculina. Era educada para servir, ao passo em que ele, desde cedo, encaminhava-se por rumos que o levaria a assumir a posição de senhor de uma família, vizinhança ou cidade. A mulher, quando solteira, vivia sob a dominação do pai ou do irmão mais velho. Ao casar-se, o pai transmitia todos os seus direitos ao marido, submetendo-a à autoridade deste. A mulher nada mais era do que um objeto. Na cultura egípcia, por exemplo, o marido podia escolher o próximo cônjuge de sua mulher em caso de morte; na aquéia, com a morte do marido, matavam-na e enterravam-na a fim de continuar servindo-o no outro mundo.

O próprio Direito Romano, berço da nossa cultura jurídica, já desprovia a mulher de capacidade judicial. A religião era prerrogativa masculina da qual a mulher somente participaria com a autorização do pai ou do marido.

As provas da dominação masculina são encontradas, em diferentes proporções, por toda a História. Grandes formadores de opinião dos mais diversos períodos já transpareciam, através de seus trabalhos, a exclusão social da mulher. Zuleika Alambert⁷, expõe alguns desses pensamentos, como o descrito por Platão⁸, que desenhava a mulher como a reencarnação dos homens covardes e injustos. Aristóteles⁹ afirmava que a mulher era fêmea em virtude de certas características: por ser mais

⁷ ALAMBERT, ZULEIKA. Feminismo: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

⁸ PLATÃO. A República Livro V, tradução de J. Guinsburg. 2º volume. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

⁹ ARISTÓTELES. A história animalium, tradução de Arthur Platt. In: SMITH, John Alexander; ROSS, William David (eds.). The works of Aristotle translated into English. Vol. 5. Oxford: Clarendon Press, 1912.8

vulnerável à piedade; por chorar com mais facilidade; por ser mais afeita à inveja, à lamúria e à injúria; por ter menos pudor e menos ambição; por ser menos digna de confiança; e por ser menos expansiva. Os ideólogos burgueses destacaram a inclinação natural das mulheres para o lar e para a educação das crianças. Assim, Jean-Jacques Rousseau¹⁰ via a mulher como destinada ao casamento e à maternidade, e Immanuel Kant¹¹ a considerava pouco dotada intelectualmente, indiscreta e moralmente fraca. Para ele, sua única força era o encanto, e sua virtude era aparente e convencional.

Somente a partir do século XIX, com as primeiras manifestações de um movimento feminista consolidado, as mulheres começaram uma trajetória mais ascendente rumo à igualdade entre gêneros. Mais ascendente porque ainda no século seguinte, a questão da inferioridade feminina permanecia, como observou a escritora britânica Virginia Woolf.

“Inevitavelmente, nós consideramos a sociedade um lugar de conspiração, que engole o irmão que muitas de nós temos razão de respeitar na vida privada, e impõe em seu lugar um macho monstruoso, de voz tonitruante, de pulso rude, que, de forma pueril, inscreve no chão signos em giz, místicas linhas de demarcação, entre as quais os seres humanos ficam fixados, rígidos, separados, artificiais. Lugares em que, ornado de ouro ou de púrpura, enfeitado de plumas como um selvagem, ele realiza seus ritos místicos e usufruídos prazeres suspeitos do poder e da dominação, enquanto nós, ‘suas’ mulheres, nos vemos fechadas na casa da família, sem que nos seja dado participar de nenhuma das numerosas sociedades de que se compõe a sociedade.” (WOOLF, 1938, p. 65)

Entretanto, essa igualdade ainda está distante de ser alcançada, perspectiva que pode ser demonstrada a partir de uma simples e tradicional prática ainda existente: as brincadeiras infantis. Ao garoto, é dado o carro e a arma de brinquedo, que correspondem simbolicamente ao espaço público, representando a violência, a decisão, o domínio, etc. À garota, é dada a boneca, o fogão e as panelas, associados ao trabalho de casa e à maternidade, ou seja, uma posição de submissão com relação ao gênero oposto.

Tais colocações reforçam a base da exclusão do feminino na sociedade, tão combatida pelas feministas - iniciativa ideológica que avança de forma heterogênea nas

¹⁰ ROUSSEAU, JEAN-JACQUES. Emílio ou da Educação. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

¹¹ KANT, IMMANUEL. Observações sobre o belo e o sublime. Campinas: Papirus, 2000.

conjunturas sociais, econômicas, políticas e culturais no planeta – e fornecem alguns subsídios para compreender a problemática da violência contra a mulher.

2.2 Avanços morosos

Antes de a Lei Maria da Penha entrar em vigor, a 7 de agosto de 2006, a legislação brasileira já havia experimentado alguns marcos para o público feminino. A evolução da condição jurídica dos assuntos que concernem mais estritamente à mulher, no entanto, foi bastante lenta, podendo-se destacar como episódios marcantes o Estatuto da Mulher Casada¹², que alterou o Código Civil; a Consolidação das Leis do Trabalho¹³ (CLT); a Consolidação das Leis da Previdência Social e as anteriores Cartas Magnas, culminando com a atual Constituição Federal.

No Brasil-colônia, a Igreja deu início à educação, no entanto, a instrução ministrada por ela não incluía as mulheres. A igreja da época pregava que a mulher devia obediência cega não só ao pai e o marido como também à religião. Conseqüentemente, a mulher vivia enclausurada, sem contato com o mundo exterior. Seus dois únicos motivos de viver eram o lar e a igreja.

À mulher não era permitido estudar e aprender a ler. Nas escolas, administradas pela igreja, somente lhes eram ensinadas técnicas manuais e domésticas. Esta ignorância lhe era imposta de forma a mantê-la subjugada desprovido-a de conhecimentos que lhe permitissem pensar em igualdade de direitos. Era educada para sentir-se feliz como "mero objeto".

¹² O Código Civil de 1916 definia a mulher casada como incapaz de realizar certos atos e previa que ela necessitava da autorização do marido para exercer diversas atividades, inclusive a de ter uma profissão ou receber uma herança. Em 27 de agosto de 1962, a Lei 4.121 mudou essa situação. Conhecida como Estatuto da Mulher Casada, a lei contribuiu para a emancipação feminina em diversas áreas.

¹³ Principal norma legislativa brasileira referente ao Direito do trabalho e ao Direito processual do trabalho. Ela foi criada através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo, unificando toda legislação trabalhista então existente no Brasil. Seu objetivo principal é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho nela previstas.

Com a mudança da Corte Portuguesa para o Brasil, foram abertas algumas escolas não religiosas onde as mulheres podiam estudar, entretanto, restrita aos conhecimentos de trabalhos manuais, domésticos a um nível primário da Língua Portuguesa.

Com a Constituição de 1824, surgiram escolas destinadas à educação da mulher, mas ainda voltada a trabalhos manuais, domésticos, cânticos e ensino brasileiro de instrução primária. Ainda era vedado que mulheres freqüentassem escolas masculinas. A vedação da mulher ao conhecimento escolar tinha dois motivos básicos: em primeiro lugar o convívio entre homens e mulheres, segundo a igreja, poderia provocar relacionamentos espúrios, e, em segundo lugar, porque sendo a instrução dada aos homens em nível mais elevado, não poderiam mulheres frequentar as mesmas escolas. Somente no início do século XX foi permitido que homens e mulheres estudassem juntos.

Com a implantação do regime republicano brasileiro veio o Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, que manteve o domínio patriarcal, no entanto, de forma mais suave quando dispôs sobre o casamento civil e retirou do marido o direito de impor castigo corpóreo a mulher e aos filhos.

O Código Civil de 1916 sustentou os princípios conservadores mantendo o homem como chefe da sociedade conjugal e limitando a capacidade da mulher a atos como a emancipação que será concedida pelo pai, ou, pela mãe apenas no caso de o pai estar morto. Vai mais além o Código Civil quando prevê, no artigo 186, que, em havendo discordância entre os cônjuges, prevalecerá a vontade paterna. Ainda, o artigo 380 do mesmo código dá ao homem o exercício do pátrio poder permitindo tal exercício à mulher apenas na falta ou impedimento do marido. Seguem as discriminações do diploma no artigo 385 que dá ao pai a administração dos bens do filho e à mãe, somente na falta do cônjuge varão. Quer nos parecer que a discriminação do código culminou com o artigo 240, que, definitivamente, colocou a mulher em situação hierárquica completamente inferior ao homem quando dizia: a mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família.

Observa-se, ainda, o artigo 242 que restringia a prática de determinados atos da mulher sem a autorização do marido.

Art. 242 - A mulher não pode, sem o consentimento do marido:

I. Praticar atos que este não poderia sem o consentimento da mulher

II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens.

III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem.

IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.

V. Aceitar tutela, curatela ou outro múnus públicos.

VI. Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251.

VII. Exercer profissão.

VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.

IX. Aceitar mandato.

Os artigos citados deixam indubitável a relegação da mulher ao segundo plano.

Com o Código Eleitoral de 1932, surgiu um avanço nos direitos da mulher quando, permitiu à ela o exercício do voto aos vinte e um anos de idade, tendo a Constituição Federal de 1934 reduzido esta idade para dezoito anos.

Trinta anos após, com o advento da Lei nº 4.121/62 (Estatuto da Mulher Casada) nosso Código Civil sofreu significativas mudanças. O artigo 393 que retirava da mulher o pátrio poder, em relação aos filhos do leito anterior, quando contraísse novas núpcias, teve sua redação alterada proclamando que a mulher não mais perderia os direitos do pátrio poder quando assumisse novo relacionamento conjugal. O artigo 380, que dava o exercício do pátrio poder ao marido e somente na falta deste à mulher, concedeu tal exercício a ambos os pais, prevalecendo a vontade do homem no caso de discordância do casal, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz para solução da divergência.

Em 1977, introduziu-se a Lei do Divórcio, dando aos cônjuges a oportunidade de por fim ao casamento e constituir nova família. Privilegiou a mulher com a faculdade de optar, ou não, pelo uso do patronímico do marido, retirando a imposição da mulher se despersonalizar abrindo mão do próprio nome para adotar o do marido. Substituiu o regime da comunhão universal de bens para o da comunhão parcial de bens e ampliou a equiparação dos filhos, qualquer que fosse a natureza da filiação, para os fins de sucessão hereditária.

Em seu artigo 20, trouxe a presunção de que ambos os cônjuges são obrigados pelo sustento dos filhos acabando com o entendimento de que a fixação da prestação alimentícia está associada à idéia de culpa. A Lei do divórcio estabelece a reciprocidade de prestação alimentar, cabendo ao cônjuge responsável pela separação judicial pensionar o outro, sem distinção entre homem e mulher, vinculando o pagamento dos alimentos ao binômio necessidade-possibilidade.

Hoje, a mulher casada tem os mesmos direitos que o marido, e somente não poderá praticar sozinha aqueles atos que o cônjuge está impedido de realizar sem a assistência da mulher.

Por fim, em 1990, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente que consagrou, definitivamente, o princípio constitucional da igualdade, estabelecendo que o pátrio poder será exercido "em igualdade de condições pelo pai e pela mãe" e que o dever de sustento, guarda e educação dos filhos cabe a ambos.

Os séculos de opressão, repressão e humilhação sofridos pelas mulheres não foram negativos apenas por minimizar a figura feminina na sociedade e dar a ela uma imagem de criatura frágil, inferior. As mulheres, subjugadas pela supremacia física masculina, costumeiramente eram obrigadas a enfrentar também a violência corporal. Motivados por inúmeros motivos, quase todos eles torpes, os companheiros amorosos, os pais ou quaisquer homens relacionados aproveitavam-se do poderio físico para colocar as mulheres à sua revelia. Vítimas de abusos das mais diversas espécies, as mulheres, em outros tempos, viam-se em um labirinto de dor e sofrimento; não podendo recorrer à Justiça, pois eram vistas por esta própria justiça como seres inferiores, cuja palavra pouco valia, cujo sofrimento pouco importava.

2.3 Lei Maria da Penha

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 agosto de 2006, a Lei nº 11.340, ou Lei Maria da Penha, deu uma nova dimensão aos crimes cometidos contra as mulheres. A principal inovação foi a ampliação da pena de crimes de violência doméstica de seis meses a um ano para de três meses a três anos de reclusão para os agressores.

A nova lei modificou o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal, acabando com as chamadas penas pecuniárias, como pagamento de multas ou doação de cestas básicas. A lei também tipifica a violência doméstica contra a mulher como uma violência contra os direitos humanos.

Também define medidas para a proteção das mulheres que são vítimas de violência. Ela pode ser beneficiada por programas sociais do governo para se manter. Se for servidora pública, tem prioridade na transferência para outra cidade ou estado. Se trabalhar na iniciativa privada, tem direito a afastamento por até seis meses, sem a perda do vínculo empregatício. Enquanto os juizados especiais não foram criados, os casos eram julgados pelas varas criminais.

A lei também trouxe consigo a instalação de varas especializadas neste tipo de violência e fatos desencadeados por ela, como divórcio. Antes da Maria da Penha, não havia previsão de prisão preventiva para crimes de violência doméstica. Hoje, tal sorte de prisão pode ser decretada de modo imediato.

Segundo os escritos no artigo segundo da lei, toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. A lei assegura às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

De acordo com o artigo quinto, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica - compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família -; ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

São consideradas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; e a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

As medidas protetivas descritas na lei preveem determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso e comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Quando se constata o caso de violência contra a mulher, o juiz pode encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de

proteção ou de atendimento; determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor; determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos e determinar a separação de corpos.

2.4 DDMs

Mesmo com os casos que podem culminar em mortes, as mulheres têm denunciado mais as práticas de violência. De 2006 – ano de implantação da Lei Maria da Penha - a 2008, por exemplo, o número de denúncias cresceu 45%. De todas as delegacias do Ceará, a que mais registra Boletins de Ocorrência (BOs) nesse sentido, atualmente, é a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Nesses dois anos, o Ceará passou a ocupar o quarto lugar no País em denúncias de violência doméstica contra a mulher.

Tardiamente criadas, as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) surgiram em 1985, na cidade de São Paulo, durante o governo de José Franco Montoro. Entretanto, o autor do decreto que as criou foi o deputado Michel Temer. A primeira DDM surgiu no centro da capital paulista.

A instituição foi amplamente requisitada pelo movimento feminista, que criticava o descaso com que a violência contra a mulher era tratada pela Justiça, particularmente, no tribunal do júri e na Polícia.

Nas DDMs, cotidianamente mulheres que decidiram enfim quebrar o silêncio de seus dramas esperam mudas para serem atendidas e para vislumbrarem um horizonte menos doloroso. Trazem consigo cicatrizes de vivências cheias de sofrimento e culpa. Muitas não tentam sequer em levar adiante a denúncia que logo mais estaria impressa em papel. Não querem se separar, pois amam demais, mas veem no Estado o último recurso de mostrar que existem e têm voz. Depois de tantos anos de provações, com uma relação extremamente desgastada, falta diálogo entre homem e mulher. O desejo dela é melhorar o relacionamento. É transformar a relação hierárquica e violenta vigente em uma relação democrática e afetiva. São histórias de mulheres e seus homens,

antes de bem, mas que possuem um monstro interno despertado, muitas vezes, por um incentivo etílico. Ou de Paulos que, inconformados, infernizam as vidas de suas ex-companheiras. Ou de Marcelos que, aos 46 anos, ainda habitam a casa das mães e que pagam o leite, o afago e o amor imensuráveis de uma vida inteira por tapas, ódio e lágrimas.

Assim, conforme afirma a professora Maria Teresa Nobre, doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, são nas DDMs que “as tragédias das histórias longamente construídas no espaço da vida privada, assentadas sobre relações que um dia foram amorosas e se degeneraram progressivamente, irrompem como denúncia e se dirigem ao espaço público”. As Delegacias da Mulher são, portanto, capazes de interromper (pelo menos a priori) um ciclo onde a violência se solidificou como algo “natural”, onde não existe a noção de igualdade.

A DDM de Fortaleza foi inaugurada um ano após a delegacia paulista, em 1986, desde então é a única especializada para atender a uma população de cerca de três milhões de pessoas. Com o advento da Lei Maria da Penha, as denúncias cresceram substancialmente e sobrecarregaram a unidade. Em outros municípios do Estado, mesmo com as evidentes necessidades, sequer DDM existe. O artigo 185 da Constituição do Estado do Ceará determina: “Para garantia do direito constitucional de atendimento a mulher, vítima de qualquer forma de violência, deve o Estado instituir delegacias especializadas de atendimento à mulher em todos os municípios com mais de sessenta mil habitantes.

Na ocasião da lei, foi realizado um estudo o qual atestou que 14 municípios já se enquadravam nesse perfil, portanto estavam aptos a receber uma DDM. Entretanto, até o ano de 2010, só foram estabelecidas sete delegacias, nos municípios de Caucaia, Crato, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral. Atualmente, outros 14 municípios com população superior a 60.000 habitantes, baseado em dados estimados no ano de 2007 pelo Governo do Estado, continuam carentes desse tipo de equipamento. São eles: Aquiraz (67.265 habitantes), Aracati (66.049), Canindé (73.878), Cascavel (63.932), Crateús (72.386), Icó (63.262), Itapipoca (107.281), Maranguape (102.982), Morada Nova (61.751), Pacatuba (65.772), Quixadá (76.105), Quixeramobim (68.966) Russas (63.975) e Tianguá (64.612).

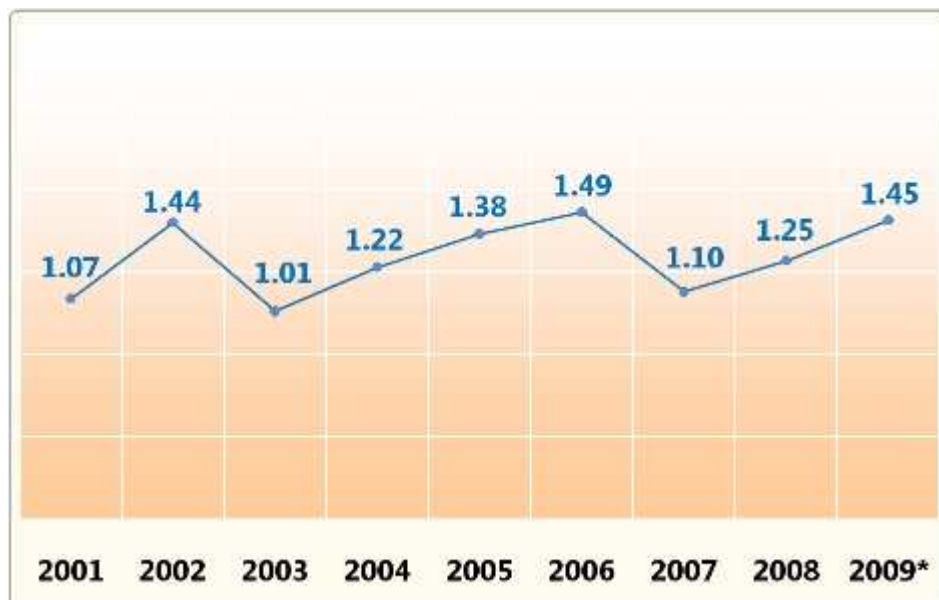
Durante o ano de 2009, a DDM de Fortaleza realizou 12.516 atendimentos, cerca de 9% a mais do que os 11.474 assinalados no ano anterior. Das ocorrências, mais da metade (51%) referem-se a ameaças, que geralmente principia uma atitude mais violenta por parte do agressor, na maioria das vezes, o marido ou companheiro. São intimidações, através de palavras ou gestos, indicando a intenção de fazer algum mal. 21% dos casos (2.629) correspondem à lesão corporal. Injúria (ofensa, sem a presença de testemunhas), difamação (ofensa contra a honra na presença de outras pessoas) e calúnia (falsa acusação) somam 1.262 casos (10%).

Outras ocorrências comumente atendidas pela Delegacia de Defesa da Mulher em 2009 foram estupros (57) - relação sexual forçada, por meio de violência ou ameaça, ainda que dentro de um casamento -; e atentado violento ao pudor (22). Nesse tipo de situação, a vítima geralmente sente-se envergonhada ou tem medo de denunciar o agressor, mas a orientação é que o silêncio seja quebrado, para que o drama possa ecoar para além das quatro paredes da casa, e o criminoso seja punido. A mulher deve procurar a delegacia especializada e realizar a queixa-crime, tendo o prazo de até seis meses para realizar o pedido. Sem ele, o agressor não poderá ser punido pela lei. Os constrangimentos inerentes à ocorrência podem ser evitados com a vítima solicitando ao juiz a realização de audiências do processo a portas fechadas, protegendo sua intimidade. Dessa forma, para tornar o atendimento mais acolhedor, nas DDMs, são profissionais do sexo feminino que recebem as denúncias. Quando é feita, o agressor é imediatamente intimado a prestar esclarecimentos na DDM. Os homens comumente afirmam que nem sabem o porquê de terem sido chamados à delegacia.

Na DDM de Fortaleza, durante todo o ano de 2009, só foi dada entrada a uma ocorrência de homicídio doloso. Porém, no período, de acordo com informações da edição do dia 4 de janeiro de 2010 do jornal Diário do Nordeste, 136 mulheres foram assassinadas, um número alarmantemente superior (46,2%) às 93 mortes ocorridas em 2008 – neste ano, a DDM de Fortaleza registrou duas ocorrências de assassinato.

No ano de 2007, 116 mulheres foram vítimas de assassinato no Ceará. Em 2006, foram registrados 138 casos. Já em 2005, ocorreram 118 mortes, e em 2004, mais 105 casos.

2.4.1 Mulheres¹ vítimas de crimes com morte entre 2001 e 2009 por taxa de 100 mil habitantes no Ceará



ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Taxa por 100 mil Hab.	1,07	1,44	1,01	1,22	1,38	1,49	1,10	1,25	1,45

Fonte: SSPDS

População: As taxas são obtidas com base nas estimativas oficiais do IBGE.

(1) Pessoas com idade a partir de 18 anos;

*A projeção de 2009 é estimada com base nos últimos 19 (dezenove) meses (Jan/08 a Jul/09).

2.5 Medidas protetivas

As mulheres vítimas de violência poderão ser resguardadas através de medidas protetivas de urgência requisitadas por elas mesmas, pelo Ministério Público ou aplicadas pelo juiz. Através dela, o acusado sofre uma série de sanções que ajudam a minimizar os riscos da violentada. O juiz pode decretar, em conjunto ou separadamente, dependendo da situação, as seguintes medidas: suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente; afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; proibição de determinadas condutas, como aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Em 2009, a DDM de Fortaleza realizou 3.406 pedidos de medidas protetivas, 23% a mais do que as solicitações atendidas no ano anterior. Especialistas na área de segurança pública atestam o crescimento no índice de ocorrências não a uma possível expansão da criminalidade, mas a uma maior familiaridade da população ante os direitos advindos com a Lei Maria da Penha.

2.6 Juizado

Outro instrumento no combate à violência contra a mulher foi instalado há pouco mais de dois anos no Estado. Trata-se do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O local recebe todas as demandas judiciais referentes à violência domiciliar e criminal. No ano de 2009, o local instaurou 1.216 inquéritos policiais, 25% a mais do que em 2008. Mais uma vez, as ameaças lideram as estatísticas. Foram 515 (42,4%) no referido ano. Em seguida, vem a lesão corporal, contabilizando 362 ocorrências (29,8%). Depois, temos uma fusão dos dois crimes anteriores, ameaça e lesão corporal, correspondendo a 9,4% dos casos (114) assinalados nesse ano.

3. NOVAS HISTÓRIAS, VELHAS PRÁTICAS

3.1 A dor de muitas

Ver a violência transformada em números dá a noção da imensidão do problema. Desperta pesar por alertar que a questão não é uma pesada e espinhada cruz carregada por desafortunadas exceções em nosso País. Como um vírus, o problema não escolhe um hospedeiro baseado em características econômicas e/ou sociais. A faxineira que trabalha na sua casa, a gerente do seu banco, a sua chefe, a prefeita da sua cidade, todas podem ser vitimadas por esse câncer social. No entanto, mais impactante do que quantificar os episódios de violência que ocorrem cotidianamente é conhecê-los. Ouvir as palavras de uma mulher, ilustrando de modo atormentado a dor, a agonia, a humilhação e a frustração que vivencia, é mais poderoso do que quaisquer pesquisas e dados sobre violência. Após ser um ouvinte do sofrimento de uma vítima, os números se agigantam e fazem pensar: “A chocante história dela é a história de tantas outras”. A dor de Maria da Penha é a dor de outras tantas Marias, menos famosas, é verdade, mas não menos verdadeiras. Da casinha de taipa ao edifício de luxo, as Marias desse Brasil entoam um grito desesperado por ajuda. Estão cansadas das vistas grossas que faz a sociedade. Querem ser ouvidas. Querem um ponto final na dor que as acompanha. E, quem sabe, reticências de alívio e felicidade.

3.2 Maria das Chagas

Aos 13 anos, a inocência é uma realidade. As primeiras grandes mudanças físicas e psicológicas começam, mas o gosto da infância continua. É o começo da conturbada adolescência, de tantas dúvidas, de tanta pressa. Mas é uma fase em que ainda se pode dar o prazer de ser criança. As preocupações são menores, os sorrisos mais sinceros e largos. Assim, deveria ser. Mas, para Maria das Chagas¹⁴, o sofrimento veio a cavalo, usurpando-lhe a infância. Aos 13, foi vítima de violência sexual, no município de Itapipoca, a 138 km de Fortaleza. O acontecimento marcaria a vida da então menina para sempre e funcionaria como uma advertência do que estava por vir.

Incapaz de conseguir suportar as traumáticas lembranças que a cidade interiorana a trazia, a jovem decidiu alçar um voo de esperança rumo à capital cearense, onde começou a trabalhar cedo, como empregada doméstica em casas de família. Além de ter os deveres de criança tolhidos pela necessidade de sobrevivência, Maria das Chagas voltou a experimentar o amargo e tenebroso sabor da dor. Nas residências em que trabalhava, tornou-se vítima do apetite sexual dos patrões. A violência tornou-se cena comum na vida de Maria. Até que, aos 16 anos, conheceu a pessoa que podia tirá-la daquela vida problemática. “Quando eu conheci esse homem, eu vi nele uma saída, a solução pra minha vida. Pelo fato de ele ser 30 anos mais velho, eu via um porto seguro, alguém que pudesse tomar conta de mim. Eu não tinha pai, não tinha mãe, nunca tive uma estrutura familiar. Na verdade, eu nunca senti nada por ele. Eu queria mesmo era construir um teto pra mim e ter uma pessoa ao meu lado”, lembra Maria das Chagas, já com rugas no rosto, resultantes de 38 árduos anos, e arrependida quanto às esperanças da época.

Infelizmente, o porto não era nada seguro. Pelo contrário. No início do relacionamento, Maria conta que o companheiro se mostrava uma excelente pessoa. Mas, passado menos de um ano, o inferno começou: “Se eu concordasse com tudo, era uma maravilha, mas as coisas não funcionam assim. Ele se tornava violento a partir do momento que eu discordava de alguma coisa”. Maria das Chagas, durante os 23 anos em que ficou com o marido, jamais apanhou. O tipo de violência que ela sofria, no

¹⁴ Os nomes de todos os envolvidos neste caso foram modificados para preservar a integridade da vítima.

entanto, era tão significativo (ou até mais) quanto a física. Dia após dia, episódio após episódio, o homem ia subjugando a vontade de viver da vítima. “Todo dia era calúnia, difamação, e isso foi me machucando aos poucos. Ele acabava com a minha autoestima. Chegou uma época, em que eu não ficava na frente do espelho porque eu não me suportava. Eu me sentia o pior lixo que existia sobre o chão. Eu não me arrumava, eu não saía. Aí chegou o ponto de eu entrar em depressão e tomar remédios. Eu não conseguia mais dormir”, diz.

As humilhações, proporcionadas pelo sentimento de dominação que o homem imprimia, ocorriam de diversas formas. “Ele mexia com o meu psicológico, tinha um poder de manipulação muito grande. Ele me chantageava, dizendo que, se eu me separasse dele, ele iria se suicidar. Me intimidava de todas as formas. Chegou um ponto em que, se eu falasse com uma mulher, eu era ‘sapatão’ . Se eu tivesse conversando com um homem, eu já estava marcando encontro, botando ‘chifre’ nele”.

3.2.1 As filhas

Quando engravidou do marido pela primeira vez, Maria se viu em um novo drama. “Ele queria que eu abortasse. E ele me obrigou a tomar um remédio que me deixou debilitada por três dias. Mas, graças a Deus, eu tive minha filha e ela não teve sequelas”, diz, aliviada.

Depois da primogênita, vieram mais duas meninas (hoje, as três têm 22, 17 e 15 anos). Quando Maria teve a terceira criança, o esposo insinuava que não era o pai. “Ele dizia que (ela) era de patrões”.

As crianças sempre viveram num ambiente problemático, mas era a mãe que absorvia a maior parte da negatividade da casa. O grande vilão da história, com seu poder de manipulação, conseguia, muitas vezes, colocar as filhas ao seu lado e contra a mãe. Em agosto de 2008, quando o agressor tinha 65 anos, a trama em que ele jogava a esposa teve um novo capítulo. O homem se dirigiu à Defensoria do Idoso, afirmando que a mulher o maltratava e o deixava sem comer. Lá, o homem, valendo-se de afirmações mentirosas e cínicas, teve todo o amparo. Segundo Maria, ele chorou e

conseguiu convencer a todos de que sua mulher era traficante de drogas e estava usando os filhos para vender drogas. A esposa, além de sofrer com um convívio indesejado, precisou explicar à polícia as acusações do marido e provar que tudo era um teatro forjado por ele.

O drama familiar abalou de forma definitiva o futuro de uma das filhas. Atualmente, aos 17 anos, a moça tem um bebê recém-nascido que jamais teve a chance de conhecer o pai. A garota se tornou próxima de pessoas relacionadas com o tráfico de drogas e viu o pai da criança ser assassinado. Ela denunciou o esquema e as pessoas para a polícia. E, hoje, convive com o medo da morte iminente.

Com Maria das Chagas, o marido não apelava para a agressão, mas ela conta que, nos casamentos anteriores, o homem batia nas ex-esposas sem misericórdia. “Ele batia na mulher com um cabo de vassoura. Esse foi o motivo das outras separações dele. Eu não suportaria a agressão física. Já bastavam as agressões verbais e morais”.

No entanto, Maria era obrigada a suportar outra forma de violência. “Eu passei a vida toda sendo violentada sexualmente por ele. No dia que eu dizia não, tinha que ser sim, sim, sim. Não tinha questão de eu querer, de eu gostar. Era aquilo ali e pronto”, lamenta. As atrocidades que lhe foram cometidas, tomando-lhe o direito à intimidade, repercutem até hoje. Não há dúvidas de que seria complicado para Maria se dar a chance de conhecer outra pessoa, mas determinada como é, ela não se deixou entregar. Mesmo tentando, Maria parece não conseguir acreditar em outro alguém. “Depois de tudo, eu me envolvi com outra pessoa, mais nova do que eu. Na realidade, eu até tenho medo. Não dá pra confiar, não dá pra ter certeza de nada. E meu ex-marido sabe. Isso até me dá medo, porque ele achava que tinha total poder sobre mim. Então, o fato de ele saber que eu tenho outra pessoa deixa ele muito furioso. Meu relacionamento atual (faz seis meses) é completamente diferente do anterior”, conta, sem esboçar qualquer reação.

3.2.2 Mudança de perspectiva

De fato, o relacionamento de Maria difere absolutamente do antigo. Tamanhas foram as marcas deixadas pelos homens em sua vida, que ela precisou transformar antigos modos de ver as coisas para conseguir se adaptar a uma nova história. “Eu consegui me abrir para um relacionamento novo porque eu passei a me relacionar com uma mulher. Não me relacionei mais com homem. Tudo que eu precisei a vida toda com um homem, eu achei com uma mulher. A homossexualidade era a última coisa que passava pela minha cabeça. E, no começo, pra mim, foi terrível, por causa da aceitação minha e da sociedade. Dentro de casa existe todo um entendimento, uma compreensão, mas, da porta pra fora, existe um preconceito, um julgamento desse relacionamento. E também lembrei que o que ele dizia quando não era verdade (referindo-se aos momentos em que ele a chamava de sapatão) acabou acontecendo comigo depois. Encontrei uma pessoa que se interessou por mim, uma pessoa de boa índole, trabalhadora. Nesse relacionamento, eu me sinto mais compreendida, por viver com uma pessoa mais semelhante a mim. Quando eu vivia com um homem, qualquer dor de cabeça, cólica, ele dizia que era frescura, coisa de mulher que não quer nada com o marido. No caso de violência, eu vivendo com uma pessoa do mesmo sexo, eu posso reagir na mesma moeda. Então, a diferença é muito grande”, revela.

O novo relacionamento só foi possível após Maria finalmente erguer a cabeça e lutar contra o estorvo que carregou por 23 anos. No dia 13 de março de 2010, ela resolveu denunciá-lo na Delegacia de Defesa da Mulher. Pediu as medidas protetivas cabíveis e, com isso, passou a respirar um ar munido de certo alívio. O ex-marido e agressor foi proibido pela Justiça de se aproximar por menos de 500 metros da residência onde moravam. A vida de Maria das Chagas, contudo, está longe de ser um mar de rosas. “Ele ainda liga, me ameaça. Já me disse que vai mandar bandido pra minha casa. Eu convivo diariamente com o medo. E eu sempre vivi com medo de tudo”, desabafa, afirmando que faz acompanhamento psicológico frequentemente. O medo é um vizinho incômodo com quem ela precisa conviver todos os dias. “Eu acredito que ele pode me matar. Ele sempre disse que já tinha idade e que não tinha mais nada a perder. E é uma verdade. Ele diz: ‘Eu posso mandar te matar agora sem precisar sujar minhas mãos. No máximo, eu vou me apresentar à polícia e defender em liberdade’. Se

eu me apavorar, eu nunca mais vou sair na rua, nunca mais vou conseguir dormir. Mas eu sei que tem risco”, acredita.

Mesmo com uma série de traumas ligados à experiências com pessoas do sexo masculino, ela faz questão de dizer que não generaliza os homens como figuras ruins e pavorosas. “Apesar de toda tristeza, de toda dificuldade que eu já tive convivendo com homem, eu conheci excelentes homens, pessoas de confiança. Não acho certo generalizar. Eu acredito no caráter. Eu não acredito em destino nem em sorte. Eu sei que faltou uma família na minha vida infância, faltou um pai. Se eu tivesse uma estrutura, eu teria conseguido estudar, teria me profissionalizado. Foram circunstâncias da vida. Falta de suporte, talvez. Peguei as pessoas erradas na hora errada. Mas não vou generalizar e dizer que todo mundo é ruim, todo mundo é monstro”, diz.

Maria sabe que agora vive dias melhores. “E eu não quero aproximação com ele por nada nesse mundo. A separação me fortaleceu muito. Eu amadureci bastante. Hoje, eu ando de cabeça erguida. Sou dona do meu nariz. Hoje, eu posso chegar em casa na hora que eu quiser, não tem mais nenhum impedimento. Hoje, eu posso receber em casa qualquer pessoa que eu quiser. Antes, ele ofendia todo mundo, constrangia, e eu preferia nem receber ninguém por causa disso. Antes, eu tinha uma liberdade que era regulada. Hoje, eu sou livre. Sou dona da minha vida”, garante.

A vida está melhor. Há fardos que não precisam mais ser carregados. Mas quem já foi punida pela vida tende a perder a esperança nela. Cada dia, dentre tantos anos de dor, passava de modo lento, quase insuportável para Maria das Chagas. A vida lhe foi subtraída aos poucos. “Acho que eu ainda estou longe da felicidade. Porque cada coisa ruim que a gente vive vai tirando muita coisa da gente. Foi uma vida toda de sofrimento. Em felicidade não creio mais, mas acredito em uma boa convivência, viver em harmonia, ter tolerância, respeito, coisas que eu não conhecia. Antes de acontecerem os casos de violência comigo, eu esperava alcançar a felicidade, ter um casamento normal, uma família. Quando eu conheci a pessoa que podia me dar uma estrutura e não deu certo, eu fiquei desacreditada. Conviver com violência todos os dias tira a expectativa, tira a esperança. Se eu vou recuperar, se eu vou conseguir ser feliz, é muito difícil de dizer”, argumenta.

4. A VIOLÊNCIA NO CARIRI

4.1 Mulheres na mira

A terra é do “Padim Ciço”, mas também poderia ser a das dezenas de mulheres vitimadas anualmente pela violência. A Região Metropolitana do Cariri (RMC), com seus nove municípios (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Cariri, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri) e uma população acima dos 560 mil habitantes - cerca de 7% do total do Ceará - congrega índices alarmantes no que concerne a essa prática. Em números proporcionais, é a terceira região do país em mulheres assassinadas. Duas delegacias de Defesa da Mulher foram instaladas, uma em Juazeiro do Norte e outra no Crato. Mesmo assim, os índices de assassinatos e agressões revelam que os criminosos não se inibem. Na Delegacia da Mulher, em Juazeiro do Norte, a média é de 40 atendimentos por mês, mais de um por dia. Em 2009, 21 mulheres foram assassinadas. No ano anterior, a violência foi menor em 75%. Ocorreram 12 mortes, sendo quatro em Juazeiro do Norte, duas no Crato, duas em Santana do Cariri, uma em Brejo Santo, uma em Jardim, uma no município de Farias Brito e uma em Aurora. Em 2007, o número também foi inferior, em 20%: 10 homicídios. O ano de 2010, no entanto, traz um preocupante recorde. Até meados de novembro 24 mulheres perderam a vida por conta da violência doméstica.

É claro que nas estatísticas da criminalidade entram outros motivadores para a morte de mulheres além da violência doméstica, como latrocínios (roubo seguido de morte), pistolagens, erro de execução, crimes banais e aqueles gerados por dívidas entre usuários e traficantes de drogas. Mas é certo que, na maioria das ocorrências, os homicídios foram frutos de desentendimentos entre maridos e esposas, namorados, companheiros e amantes. Começamos, por exemplo, pelo ano de 2009. Dos 21 casos de mulheres mortas no Cariri, 16 foram cometidos tendo como base a violência de gênero; ou seja, 76% dos casos. Destes, seis foram cometidos pelos maridos das vítimas, cinco por ex-esposos. Os outros foram cometidos por amantes ou por outros familiares. Em 2008, dos 12 assassinatos de mulheres, cinco foram cometidos por maridos, amantes ou

namorados. No ano anterior, 60% dos 10 assassinatos foram cometidos pelos companheiros.

4.2 Agosto sangrento

Em agosto, a morte de duas mulheres pelos companheiros em um mesmo dia e em um mesmo município causou indignação em todo o Estado. Os assassinatos de Maria Rosivânia e Evanilda Silva, naquela ocasião, elevaram para 99 o número de mulheres assassinadas em todo o Ceará, em 2010. O palco foi a cidade de Missão Velha (a 506 quilômetros de Fortaleza), no dia 24 de agosto de 2010.

Rosivânia era apenas uma adolescente de 16 anos, mal tinha começado a aproveitar as vantagens da juventude, quando foi brutalmente morta pelo seu companheiro, o agricultor Antônio Mauro Pereira, 18 anos mais velho do que a moça, na localidade de Sítio Santana. O algoz desferiu um profundo golpe de faca no peito da jovem e, em seguida, tentou se matar utilizando a mesma arma, dando dois golpes no próprio tórax.

A garota foi socorrida pelo pai e encaminhada ao Hospital São Vicente de Paulo, em Barbalha, mas não resistiu ao ferimento e faleceu no percurso. Já Antônio Mauro sobreviveu e ficou internado sob escolta policial no mesmo hospital. O crime aconteceu em meio a mais uma falha na execução das medidas protetivas garantidas pela Lei Maria da Penha. Rosivânia vinha sendo ameaçada de morte e, com medo, já havia registrado um Boletim de Ocorrência (B.O.) contra o companheiro. A iniciativa deveria ter sido suficiente para garantir o afastamento do assassino de casa e a proibição de se aproximar da adolescente. Não foi o que ocorreu. Desprotegida, Rosivânia foi alvo de seu algoz.

Para a servidora pública Evanilda Silva Dantas Sedrin, de 42 anos e morta no mesmo dia, não houve tempo sequer de ir a uma delegacia. Ameaçada, compartilhou com as colegas de trabalho a situação e pediu pelas suas orações: “Rezem por mim, pois estou sendo ameaçada de morte”. Naquela terça-feira, o crediarista Marcos Januário da Silva, de 28 anos, armado com um revólver, invadiu a escola municipal de ensino fundamental Dr. Cristóforo Borges, onde Evanilda trabalhava como secretária da diretoria, e matou a ex-companheira, atirando contra a própria cabeça em seguida.

Segundo informações da Polícia, o criminoso invadiu a escola e ameaçou os funcionários. Depois, arrastou Evanilda para os fundos do prédio e praticou o homicídio seguido de suicídio.

4.3 Patriarcalismo perene

Mais do que na Capital cearense, a estrutura patriarcalista da família habitante do interior do Estado, mais especificamente do Cariri, ainda é muito presente. Isso, somado à cultura machista, consequência do nosso processo de colonização e aculturação; à dependência financeira; ao alcoolismo; à impunidade e à baixa qualidade da educação, são fatores que ajudam a explicar a força que a violência de gênero ainda possui na região.

Se na Região Metropolitana de Fortaleza, grande parte das mulheres violentadas trabalha, possui renda própria e até chefia financeiramente suas residências, essa realidade não se reflete no Cariri. Por ser uma região com uma estrutura econômica mais voltada à agricultura, os salários pagos aos trabalhadores do setor são baixos. Além disso, as oportunidades de trabalho são mínimas, o que dificulta a independência da mulher, sem falar da questão cultural. As mulheres só encontram maior abertura no mercado de trabalho quando chegam ao triângulo Crajubar – Crato, Juazeiro e Barbalha, os três maiores municípios da região - que possui aproximadamente 420 mil habitantes, ou 75% de toda a população da RMC. Lá, são encontradas indústrias (o setor calçadista na região é forte) e o comércio, grande empregador feminino.

Na maioria dos casos, as vítimas, mães de família, não têm como se sustentar e acabam optando pelo silêncio para preservar sua integridade material e a dos filhos. Quando muito, essa violência só é externada para os entes familiares mais próximos, que também não denunciam. Com isso, centenas de casos ficam de fora das estatísticas oficiais devido à ausência da denúncia, contribuindo para que os dados existentes sobre o gargalo continuem incompletos.

Esse medo de ficar sem a assistência financeira de seus maridos é fruto de uma cultura ainda presente no interior em que a mulher não se educa e não tem

vislumbres de uma melhoria de vida pautada pela sua própria força de trabalho, já que sua formação familiar não deu margem a esse tipo de pensamento. Desde a infância, foi inculcada nesta mulher a ideia de que sua função na família é servir e obedecer ao homem. Sem essa formação, é difícil esperar dessa mulher uma iniciativa mais incisiva no combate a essa violência, pelo fato de ela desconhecer alternativas. Para muitas delas, há uma “normalidade”.

De acordo com a psicóloga Maria Gorete de Castro Feitosa, a denúncia só ocorre mesmo à mulher como última possibilidade. “Muitas vezes, a mulher só toma uma atitude quando a violência chega aos filhos ou em casos de violência extrema. Ela denuncia em um momento de desespero, quando ela já tentou de tudo. Quando ela já deu a primeira chance, deu a segunda chance, quando ela fez todas as coisas que essa sociedade impõe para ela manter aquela relação. Essa coisa de servir, de que a mulher casada, ou ‘junta’, tem que estar feliz com aquele marido. Elas são moldadas para cuidar dos filhos e do marido. Então, é muito forte o sentimento de culpa quando elas denunciam. ‘Ah, mas eu não quero prejudicá-lo’, é o que elas dizem, quando na verdade ela já está em frangalhos. Ela já foi muito prejudicada, mais ainda assim quer olhar para o outro. Então por isso o trabalho de conscientização é muito forte, e é muito importante, para que ela perceba e tenha dimensão do estrago que foi feito na vida dela”, frisa.

A própria psicóloga admite que a cultura predominante ainda é um fator dinamizador da violência. “O que é mais comum a todas as mulheres vítimas de violência é a cultura. Nós mulheres fomos educadas para casar e ter filhos. Uma mulher que não casa, que não quer saber de ter filhos, é um alienígena na nossa sociedade. Quando ela começa a namorar, já perguntam: ‘Quando noiva?’. Se você responde que não quer noivar, só quer namorar, você já é um alienígena. Se você casa, logo indagam também: ‘E os filhos?’ Você responde: ‘Não, não quero ter filhos’. As pessoas insistem: ‘você tem problemas de fertilidade?’ Elas rejeitam o fato de a mulher não querer casar ou ter filhos. É difícil remar contra essa maré. A maré é essa: casar, ter filhos, ter netos. A mulher foi feita pra criar, pra cuidar dos maridos e dos filhos, pra ser essa pessoa dedicada. Se ela não é dedicada, é um estorvo. O homem não tem obrigação de cuidar de casa. Quem tem é a mulher. Lógico que nossa cultura está em transformação, mais ainda estamos engatinhando nessa coisa da mulher romper o ciclo de violência que ela vivencia”, explica.

A dona-de-casa Lucineide Gonçalves da Silva, de 29 anos, foi mais uma vítima da violência do Cariri. Ela foi morta pelo marido, o agricultor paraibano Wanderley Matias da Silva, com quem tinha duas filhas, uma de sete e outra de onze anos. O crime, com requintes de perversidade, ocorreu na presença da menina mais velha. O cenário para o ato brutal foi a localidade de Lagoa do Machado, na zona rural do município de Aurora (a 463 quilômetros de Fortaleza). No local, Lucineide foi assassinada com um golpe de faca à altura da virilha. Segundo informações dadas pela polícia da região, Wanderley teria discutido com um homem e retornava para sua residência quando, já perto de casa, encontrou-se com sua esposa, que estava na companhia da primogênita. Sem motivo aparente, desferiu a perfuração. Conforme informaram testemunhas, Lucineide permaneceu cerca de 40 minutos derramando bastante sangue, e morreu a caminho do Hospital Geral de Aurora. Wanderley Matias era tido como um homem bastante violento, principalmente após ingerir bebidas alcoólicas, sendo temido inclusive pela vizinhança.

Marilene Maria dos Santos, de 31 anos, foi outra vítima cuja história chocou a região. Ela foi assassinada pelo agricultor Raimundo Gomes Dias, de 38 anos, com golpes de pé-de-cabra na cabeça, a qual ficou esfacelada. O crime ocorreu na Vila São Francisco, no Sítio Quebra, localizado entre os distritos de Ponta da Serra e Dom Quitino, no Crato (a 506 quilômetros de Fortaleza). O assassinato, assim como o de Lucineide Gonçalves, também foi executado na presença de um filho do casal, de apenas quatro anos. Depois de matar a esposa, Raimundo fugiu para a casa de um dos irmãos, chamado Cícero, levando a criança e deixando no local do crime a arma usada para matar a doméstica. Na casa de Cícero, Raimundo foi aconselhado pela família a se entregar à Polícia. Uma patrulha da Polícia Militar foi acionada e conduziu o criminoso para a 19ª Delegacia Regional da Polícia Civil. Em sua defesa, Raimundo Gomes contou uma bizarra história. Informou que a esposa trabalhava com “macumbaria” e, na hora do crime, havia incorporado um espírito denominado “Zé Pilantra”, o qual partiu para cima do agricultor. Para se proteger da suposta aberração, pegou o pé-de-cabra e desferiu os golpes mortais. Ele foi autuado em flagrante pelo artigo 121 do Código Penal e encaminhado à Cadeia Pública do Crato.

4.4 O vilão líquido

Em cidades interioranas, é comum a existência de bares e botecos espalhados por toda a região. Em um local pequeno, onde quase todo mundo se conhece, o dinheiro é escasso e é evidente a falta de opções de lazer para jovens e adultos. Os estabelecimentos acabam ocupando a função de ponto de encontro. É lá que geralmente o pai de família ocupa o tempo no seu horário livre. O preço por esses momentos de diversão são relativamente baixos, afinal bebida não é cara. Encontra-se aí mais um fator que pode levar mulheres a uma situação de violência doméstica: os entorpecentes.

Não que o álcool (ou as drogas) seja uma causa do problema, mas é um potencializador da personalidade agressiva incutida em alguns homens. Portanto, se o homem tem características ofensivas, ao ser submetido a doses de substâncias como as supracitadas, elas serão multiplicadas, e o que antes ficava, de certa forma, oculto pela lucidez, ficará evidente. “O álcool potencializa o comportamento agressivo, e a droga, principalmente o craque, também é muito comum em caso de agressão. Mas esses fatores só potencializam. Muitas vezes, elas acham que o cara só as agrediu porque estava bêbado: ‘ah, ele só fica agressivo quando bebe, quando está sóbrio, ele é ótimo pra mim’. Aí eu pergunto: ‘ele bebe com que frequência?’ Resposta: ‘todo dia’. Minha senhora, aí é complicado, porque, se todo dia ele bebe e, sempre que ele bebe, ele é ruim, se você fizer a matemática, ele é sempre ruim. O cara não agride porque ele bebeu, porque, se assim fosse, ele descontaria as frustrações dele no amigo, no dono da bodega, no irmão. Mas não, ele desconta tudo em cima da mulher. Ou seja, ele já é uma pessoa agressiva, baseada em uma cultura machista”, aponta a advogada Ingrid Viana.

O pensamento é compartilhado pela psicóloga Gorete de Castro. “O álcool potencializa, mas a agressividade já está dentro dele. Ele faz isso com ela quando bebe, mas ele é agressivo também no dia-a-dia. Só que quando ele bebe, fica mais exacerbado. Mas tem uma coisa muito difícil hoje pra gente no atendimento: são as mulheres que estão inseridas num processo que a gente chama de co-dependência dos maridos ou dos companheiros que são usuários de craque. O craque de fato seria um grande dinamizador da violência. Pra gente tem sido um desafio muito grande”, afirma.

E a bebida alcoólica foi a causa da destruição dos sonhos e da vida da doméstica Cleonilda da Silva, de 27 anos. Após um longo dia de trabalho, a jovem chegou em casa, tomou banho e passou a aguardar o marido, José Edmilson Alves, de 36 anos, que ainda não havia chegado. Passado algum tempo, Cleonilda decidiu ir a sua procura e o encontrou bebendo em um bar da região. Eles se desentenderam, e a mulher acabou espancada e morta com três tiros de revólver, mesmo depois de implorar para não ser assassinada. O crime ocorreu no bairro Frei Damião, em Juazeiro do Norte.

A dona-de-casa Gilcinéia Quirino da Silva Pereira, de 35 anos, também foi uma das vítimas da violência doméstica exacerbada pelo consumo de álcool. Ela foi assassinada cruelmente em Caririaçu (a cerca de 500 km da Capital cearense) em um grótão por trás do Parque de Vaquejadas, no bairro Recreio Paraíso. Seu corpo foi encontrado seminu, com as mãos e pés amarrados com uma corda e em estado de decomposição. O desfecho da vida de Gilcinéia teve início em um sábado, quando bebia com o marido em um bar nas proximidades de onde seria morta. Após uma discussão com ele, a vítima teria ido para casa, entretanto, só foi encontrada seis dias depois por populares, assassinada. Cícero Romão dos Santos, de 28 anos, só foi dar queixa do sumiço da esposa dois dias depois, o que motivou as suspeitas da Polícia. O criminoso alegou que a demora para fazer a denúncia havia se dado porque esperava o retorno da mulher, que costumava sumir. Em certa ocasião, chegou a ficar dez dias fora de casa. A hipótese foi logo descartada pela Polícia com base no depoimento de vizinhos. Além disso, ao ser preso, portava o cartão da pensão que Gilcinéia recebia do INSS. O criminoso foi encaminhado à Cadeia Pública de Juazeiro do Norte.

4.5 Estrutura carente

Além das causas econômicas e sociais que ajudam a explicar a elevada taxa de mortalidade de mulheres na Região do Cariri e o reduzido número de denúncias contra seus opressores, as poucas que ainda o fazem precisam lidar com outra triste realidade: a falta de estrutura dos órgãos públicos para o atendimento à vítima de violência doméstica. A morosidade da Justiça no que tange ao julgamento dos processos, a falta de estrutura de trabalho da Polícia – como a baixa quantidade de veículos para atendimento das ocorrências -, e ainda a necessidade de uma casa-abrigo para receber aquelas em situação mais crítica são temas recorrentes entre as reivindicações dos conselhos municipais de Defesa da Mulher na região.

A boa vontade dessas instituições para melhorar a estrutura de trabalho visando à realização de ações mais efetivas no combate às agressões de mulheres é grande, mas o apoio do poder público é mínimo, ainda que a Lei Maria da Penha já esteja em vigor há quatro anos, e que o governo federal tenha uma Secretaria Especial apenas para lidar com as políticas públicas voltadas às pessoas do sexo feminino. Mesmo depois de tanto tempo, a região ainda não conta com uma Delegacia de Defesa da Mulher que funcione 24 horas ou durante o fim de semana, período no qual ocorre a maioria dos crimes contra elas. Outra demanda é a instalação de uma sala de espera no Instituto Médico Legal (IML) de Juazeiro do Norte. Atualmente, as vítimas de violência doméstica e sexual continuam expostas aos olhares de quem estiver no Instituto durante o exame de corpo de delito. Mais do que existir, a Lei Maria da Penha precisa ser rigorosamente cumprida, e não só nas capitais brasileiras, aos olhos de boa parte da população, mas principalmente nas localidades onde a prática da violência de gênero é um constante, quase usual, e perigosamente silenciosa.

Para fortalecer a luta pelos direitos da mulher no Cariri, a Secretária de Ação Social de Juazeiro do Norte, com o apoio do Governo do Estado, irá implantar até dezembro de 2010, no Bairro São Miguel, um Centro de Referência da Mulher, que funcionará prestando apoio psicossocial e jurídico àquelas em situação de vulnerabilidade, além de realizar encaminhamento para órgãos oficiais estruturados para atendê-las.

Conforme a secretária de Ação Social do Município, Solange Cruz, o Centro de

Referência dará todo o apoio necessário às vítimas de violência. “O equipamento é importante para a região, vai dar uma cobertura mais ampla as pessoas que estão às margens da vulnerabilidade social”. Já a delegada Marluce Andrade acredita que o local só será eficaz se tiver um quadro de profissionais exclusivos. “Um Centro de Referência funciona como prevenção da violência. Se as mulheres tivessem um apoio cível e psicológico, talvez os problemas não terminassem em infrações penais. Sem profissionais exclusivos, o Centro só irá acumular serviços”, afirma.

4.6 Escritório da morte

Mesmo com os conhecidos requintes de crueldade existentes nos crimes cometidos contra as mulheres do Cariri, que por si já chocam constantemente a população, dificilmente um caso foi tão emblemático quanto o do “Escritório da Morte”, que, apesar de se caracterizar mais como crimes de pistolagem, em vez de violência de gênero, foi responsável pela morte de pelo menos seis mulheres.

O Cariri é uma região privilegiada para os comerciantes e industriais que atuam por lá, afinal, fica na fronteira de Piauí, Pernambuco e Paraíba, favorecendo as práticas mercantis. Entretanto, por conta dessas atividades e pelo distanciamento das operações da Polícia - mais centralizada na Região Metropolitana de Fortaleza - destaca-se também por favorecer as práticas de organizações criminosas, estimulando o tráfico de drogas, a prostituição, a lavagem de dinheiro, os assassinatos por encomenda, o roubo de cargas, a adulteração de combustível e o tráfico de influências. Todo esse conjunto de malfeitorias era exercido por um grupo denominado pela mídia de “Escritório do Crime”.

Conhecida, a máfia era responsável ainda por desmonte de carros, assaltos e clonagem de cartões de crédito em Pernambuco, aproveitando a proximidade com o Ceará para escapar ilesa. E ficou também famosa por dar cabo de qualquer testemunha, direta ou indireta, das ações criminosas da gangue. Com isso, várias mulheres ligadas de alguma forma ao tal escritório foram brutalmente assassinadas. A condição social, mais uma vez, não prevaleceu. Foram mortas trabalhadoras rurais, vendedoras, estudantes, professoras, dançarinas, entre outras. Todas tinham em comum a ligação com o tal

Escritório, seja por serem namoradas de um dos componentes da gangue, seja por serem apenas amigas ou funcionárias das empresas fantasmas criadas pelo grupo. Todas foram covardemente mortas para que a máfia não corresse o risco de ser descoberta a partir de uma possível denúncia dessas mulheres. Foram histórias como as de Thelma, violentada diversas vezes; de Alessandra, queimada viva; de Angélica, que levou dez tiros a queima roupa ao ser confundida com a namorada de um criminoso; de Eliana, que ainda com vida, teve os dedos das mãos cortados.

Entre os criminosos punidos, o que teve mais destaque na cobertura policial da mídia foi o ex-bancário Sérgio Brasil Rolim, uma das lideranças do “Escritório da Morte”. Além de ser culpado por vários assaltos na região e pela clonagem de cartões, confessou o assassinato de quatro mulheres e foi apontado como autor de vários estupros. Entretanto, ele só foi de fato preso, julgado e condenado quando todos os indícios da morte da vendedora de planos de saúde, Edilene Maria Pinto Esteves, violentada e assassinada em março de 2002, levavam a ele. A princípio, a defesa do criminoso alegou que ele teria sido vítima de coação física, argumento que o inocentou. Mas com a mobilização popular que exigiu uma investigação mais aprofundada, os crimes foram apurados e Rolim, condenado a 28 anos de prisão em regime fechado, apesar de somar mais de 100 anos de reclusão pela realização de vários outros crimes.

A luta pela condenação de Rolim e o fim do Escritório recebeu apoio da Polícia Federal, do Ministério Público e da Secretaria Especial Direitos Humanos (SEDH). Com isso, foram presos os outros suspeitos ligados à máfia, desmontando-a e expandindo a visibilidade do tema em toda a sociedade.

Sérgio Rolim, no entanto, é apenas mais um dentre a centena de criminosos autores de homicídios contra as mulheres do Cariri. A Lei Maria da Penha elevou a conscientização delas no que diz respeito a esses crimes, entidades trabalham no combate a essa prática, mas até quando terão de conviver com números tão alarmantes que obtêm respaldo de uma polícia e de uma justiça tão falha?

5. MARIA ESPERANÇA

5.1 Falsa estabilidade

Os 30 anos costumam dar a falsa impressão de estabilidade. Para os que vêm ainda distante a chegada da terceira década, parece o momento ideal de constituir família e de estar na melhor fase profissional, e assim viver os próximos 40 ou 50 anos. Esse pensamento também era compartilhado por Maria Esperança¹⁵. Afinal, com seus 30 e poucos, divorciada e com três filhos, como prever a transformação completa que ocorreria muito em breve? Quem imaginaria que sua maior provação ainda estava por vir? Era o fim da década de 1980. Nesse tempo, a cabeleireira tinha um salão de beleza e já possuía uma freguesia consolidada. Morava apenas com a filha mais nova. As outras duas crianças, outra menina e um garoto com Síndrome de Down, vivam sob os cuidados da avó materna, mas sempre mantinham contato com a mãe.

Maria tinha sonhos de ver seu negócio crescer, vontade que encontrou obstáculos por uma sensível queda na movimentação de clientes no seu salão. Eram tempos de novas tecnologias também para o ramo em que trabalhava. A vedete do momento era as máquinas de cortar cabelo. Se hoje esses aparelhos são encontrados por valores inferiores a cinquenta reais, há 20 anos custavam uma pequena fortuna. Após ouvir o problema, a fiel cliente dona Marisa tinha a solução. Toda cheia de si, disse: “Eu tenho uma pessoa que pode lhe ajudar”. Surpresa, Esperança indagou: “Quem é, você conhece?” Ela riu com um forte tom de orgulho e disse: “Conheço demais. É uma pessoa da minha mais elevada estima. É um filho meu que você não conhece”.

O homem, chamado Marcos, foi apresentado à Esperança e se comprometeu ajudá-la na causa, comprando-lhe o aparelho. Um trato aparentemente banal, mas cujo preço seria o maior já pago na vida de Maria. Depois disso, veio uma série de afazeres a pedido do homem, como costuras de roupas para toda a família, tudo com o intuito de manter proximidade com a cabeleireira.

¹⁵ Os nomes de todos os envolvidos neste caso foram modificados para preservar a integridade da vítima.

A partir daí, Marcos passou a visitá-la no salão, onde começou a criar laços com a pequena Letícia. Aos poucos, Esperança começou a nutrir um sentimento por aquele homem bom, tão companheiro e que aceitava tão bem seus três filhos, inclusive o garoto Síndrome de Down, como exemplifica, nostálgica: “Eu ia buscar o Rodrigo pra ficar comigo um dia no meu salão, e meu agressor (quando ainda não o era) ia passar a tarde lá. Um dia, o Rodrigo viu a arma e perguntou: ‘Meu amigo, você deixa eu pegar na sua arma?’ E ele disse: ‘Deixo’. Ele tirou o pente da arma, tirou as balas e deu para ele. No começo, tudo ele fazia. E me impressionou, porque eu achava que ele aceitava meus filhos de coração. Ele fazia de tudo para mostrar que me aceitava e aceitava meus filhos. Ele nunca ofereceu resistência. Sempre acolhia bem as minhas crianças. Então, eu vendo tudo aquilo, achei que não teria problema algum”, lembra.

Diante disso, resolveu aceitar o namoro, que durou seis meses até o casamento. Toda essa fase e o início do matrimônio foram de calma. Marcos era policial federal. Ganhava bem e não tinha residência fixa. Com a união, colocou a mulher e a filha Letícia em outro Estado, e por dez meses moraram distantes, encontrando-se apenas aos fins de semana, quando Marcos saía da cidade onde trabalhava e ia ao encontro da mulher. Os poucos momentos juntos do casal eram de muito amor e paz, estabilidade que durou enquanto ele trabalhava fora. “Os dez meses que eu passei em outro Estado foram maravilhosos, porque não vivíamos juntos. Ele só ia no fim de semana. Ele viajava na sexta-feira à noite, chegava em casa no sábado de manhã, viajava no domingo à noite e chegava na segunda de manhã pra ir trabalhar. Quando ele pediu remoção, foi para o Sul do País. Então fomos viver de fato juntos”, detalha.

5.2 O fim da paz

E foi a partir desse ponto que a curta felicidade de Maria Esperança transformou-se em um inferno. “No primeiro mês, ele já começou a mostrar sinais de ciúmes, principalmente da minha filha Letícia, que estava com sete anos. Queria deixá-la de escanteio. Chegou a dizer que gostaria de que a Letícia fosse fruto de nós dois, não de outro homem. Mas ele me conheceu assim. Eu contei minha verdade, ele conheceu minha família, conheceu meus outros filhos, e me aceitou. Depois, com menos de um ano, ele começou o período de rejeição. Começou a rejeitar minha filha. Tudo o que ela fazia, ele não aceitava. Começou a dizer que, se ela não mudasse até os 12 anos, ela iria crescer e casar com o primeiro vagabundo que aparecesse. E eu ficava assim, entre um e outro. Ela era criança, e muito dependente de mim ainda. Eu fui aprendendo a controlar essa situação, a ter meu jogo de cintura, para que eu pudesse ter uma vida sossegada. Enquanto existiu amor da minha parte, deu pra ir levando”, relembra.

Foi por conta da perseguição contra Letícia que ocorreu a primeira situação de violência física. “Um dia pela manhã, quando Letícia estava na escola, ele achou que tinha ocorrido um mal feito, que mexeram nas coisas dele. Eu fui dizer que tinha sido eu limpando, que tinha resolvido fazer uma seleção dos papéis dele e arrumar direitinho, porque pra mim era arrumado. Eu achava que estava ajudando ele, mas ele achou uma desarrumação. Ele saiu correndo atrás de mim, dizendo que tinha sido a Letícia, e eu dizendo que não era. Ele disse que eu estava encobrindo e saiu correndo atrás de mim. Pra me proteger, eu corri. O primeiro quarto da casa era o da Letícia. Corri e fechei a porta. Ele deu uma pesada na porta, que a quebrou, rachou o portal, foi a maior confusão. Ele veio pra cima de mim e me deu um murro que eu caí em cima da cama. Quando caí, ele veio por cima de mim e aí pronto. Era murro, era soco, era tudo de todo jeito. Eu passei foi dias sem sair de casa, porque estava toda roxa. Eu o amava, era louca, desesperada por ele. Então, fui conversar. Foi a primeira tentativa de conversa. Disse que eu não queria aquela vida pra mim, porque eu não pensava que a minha vida iria se resumir naquilo. E que com certeza, se tinha havido essa primeira vez, iria haver outras vezes, e eu não queria que surgisse essa oportunidade. Eu queria dar um basta a partir dali. Eu queria viver a minha vida e que ele fosse viver a vida dele. A única coisa que eu queria dele, era que me ajudasse no princípio a colocar um salão (de beleza), até

que eu tivesse clientes suficientes para me sustentar, e quando eu pudesse andar com minhas próprias pernas, eu não precisaria mais de ajuda. Pedi isso porque quando eu fui viver com ele, eu parei o salão. Ele não quis mais que eu trabalhasse. Mas não adiantou. Sempre quem estava errada era eu. Ele dizia que era eu quem tinha de pedir perdão, porque era eu quem dava motivos pra ele agir daquela forma comigo. A culpada de tudo era eu. Nunca me pediu desculpas, até hoje”, afirma.

Os momentos de violência continuaram. “Se eu mudasse um objeto de um lugar para outro e ele chegava e perguntava: ‘quem foi que mudou isso aqui? Já sei, foi a Letícia’. Eu dizia: ‘Não, fui eu que mudei’. Ele gritava: ‘Você está é encobrindo a safadeza dela. Ela vai ficar mal acostumada, vai ser uma pessoa ruim na vida’. Eu ia defender: ‘Não, eu não estou fazendo isso. Estou dizendo que fui eu porque realmente fui eu mesmo’. Ele não acreditava, e aí começava o show de pancadarias. Tudo era motivo de pancadas, e ele batia em mim como quem batia em preso, porque ele era da Polícia Federal, acostumado a bater em preso, acostumado a fazer tudo o que não prestava”, desabafa.

Era pior quando Esperança dava sinais de querer ir embora. “Quando eu dizia que ia embora, ele corria na frente, fechava a porta e dizia: ‘Passa que eu quero ver’. Ainda ficava insultando. Sempre foi desse jeito. Eu arrumava a mala, quando ele chegava, desarrumava, jogava a mala para um canto e minhas roupas ficavam todas espalhadas pelo quarto. ‘Você não sai daqui de jeito nenhum’, dizia. Minha vida sempre foi assim. E foi muito difícil”, relata.

Após alguns anos nesse sofrimento, Marcos resolveu que queria um filho. A decisão dele, inicialmente, assustou a mulher, que já tinha 43 anos, mas ela viu a ocasião como uma nova chance para a vida do casal. “Eu comecei a pensar: ‘acho que, se, realmente, ele tiver um filho, vai mudar a situação, porque ele quer tanto’. Resolvi ter. Mas a situação fez foi complicar, foi muito pior”, enfatiza. “Quando fiquei grávida, ele ficou muito feliz. Eu tinha 43 anos na época, então foi uma gravidez de alto risco. Eu tinha que ficar em repouso, tive princípio de aborto e tive que ter abstinência sexual devido à gravidade da situação. E nada disso ele foi aceitando. Ele não aceitava de jeito nenhum. Ele ficava louco. Às vezes, eu estava deitada e ele ficava gritando, me insultando, porque não havia contato sexual de jeito nenhum. Depois que a criança

nasceu, foi pior, porque ele passou a ter ciúmes da criança, muito mesmo. Era tão evidente, era uma coisa absurda”, indigna-se.

Com a idade um pouco mais avançada para ter filhos, Maria Esperança fez parto cesariana e laqueadura. O procedimento a debilitou bastante e mesmo com a necessidade de ainda ter de cuidar do bebê, não recebeu ajuda do cônjuge. “Quando a criança chorava, como eu estava toda ponteada, era pra ele pelo menos me ajudar a buscar a criança pra eu dar de mamar. O bebê ficava no quartinho dele, bem pertinho do nosso. Mas ele não fazia. Ele ficava indignado quando esse menino chorava. Ele ficava com ódio”, frisa. “O Marcos pegava a rede dele e ia pro último quarto, pra não ter que ouvir o choro do menino. E ali eu me virava sozinha. Eu passei a dormir com a criança já na cama, pra eu não ter que me levantar, porque era muito horroroso pra mim”, explica.

A disputa com o filho mais novo era constante e deixava Maria em situação cada vez mais complicada. “Eu vivi a dificuldade que a gente tem com uma criança nova. É tanta coisa, tudo em função daquele ser novo que chegou. Então, um dia ele disse pra mim: ‘Você está dando mais atenção a essa criança do que a mim’. Eu nem acreditei no que ele estava me dizendo e respondi: ‘Ai Marcos, pelo amor de Deus, né? Ele é recém-nascido, precisa de mais cuidado. Eu não posso é deixar a criança de lado e dar atenção a ti. Eu acho que você tem que se adequar a essa situação. Você teria até que me ajudar, se fosse o caso’. Ele ficou calado e não tocou mais no assunto. A partir daí, a situação foi piorando ainda mais”, rememora.

5.3 Dificuldades financeiras

Como se já não bastassem os constantes conflitos familiares, Maria Esperança teve de lidar com um novo problema nos anos seguinte: a falta de dinheiro. Para os policiais federais que ela conhecia, amigos do casal, a parte financeira não era problema, afinal tais profissionais são suficientemente remunerados para construir um patrimônio mais abastado. Mas não era o que ocorria em casa. A falta de comida e as contas em atraso eram uma constante. “Ele ganhava muito bem. Sempre ganhou, claro, porque ele era agente da Polícia Federal. Mas era estranho porque todos os amigos dele

já tinham propriedades e viviam muito bem de vida. Chegamos a visitar vários desses amigos, mas ele nunca se preocupou em comprar uma casa. Ele gastava muito. Eu não via o dinheiro de jeito nenhum, e quando eu perguntava sobre esse dinheiro, ele dizia que era gasto todo dentro de casa. Eu não via em quê. Ele fazia empréstimos absurdos, de R\$ 20 mil, R\$ 30 mil, R\$ 35 mil. Eu mesma fiz muitos empréstimos pra ele, e estou com meu nome sujo até hoje, porque ele nunca pagou. Pra mim, está muito difícil recomeçar a vida, porque eu não posso alugar uma casa, não posso fazer uma prestação, eu não posso fazer nada, porque meu nome está sujo, de tanto que eu fiz pra ajudar, pra que a situação não piorasse entre nós”, queixa-se.

“A situação financeira foi piorando, porque ele não parava de fazer empréstimos. Além disso, ele sempre mandava dinheiro pra mãe dele. Ele a sustentava. Ajudar sua mãe, eu concordo até demais. Agora você pegar do seu salário e mandar de R\$ 2 mil, R\$ 2.500 para a família, e deixar faltar de um tudo dentro de casa, aí é demais. Mas mesmo assim eu nunca briguei, nunca falei, nunca toquei no assunto. Eu sabia que ele fazia muito empréstimo, e o fruto desse empréstimo ele nunca aplicou dentro de casa. Eu não sei até hoje qual foi o destino desse empréstimo. Ele se endividou demais. E empréstimo pra funcionário público, o valor é descontado em folha. Tinha mês em que só sobravam R\$ 250 do salário dele”, revolta-se.

As constantes agressões físicas e a falta de recursos dentro de casa estimularam Esperança a tomar uma decisão: pedir a separação judicial do marido. Com isso, ela poderia livrar-se do agressor e ainda garantir uma renda por conta da pensão alimentícia, mas a ideia não foi executada em sua plenitude. “Chegou numa situação que faltava muito dentro de casa e eu tive que ir pra Justiça. Fiz um acordo com ele, consegui a pensão alimentícia e a pensão de Pedro Marcos, tudo consensual. Só que mesmo separados judicialmente, ele continuava em casa. Ele nunca saiu de dentro de casa. Portanto, ele concordou com os dias de visita a Pedro Marcos, porque ele vivia dentro de casa. Ele sempre alegava que não saía de casa porque não tinha dinheiro pra montar um apartamento e ir morar sozinho; que ele estava esperando um precatório, o qual até hoje - já fazem uns oito anos – ele diz que esse precatório vai sair. Às vezes, ele chegava pra mim direitinho, falava que tava precisando de dinheiro, que não tinha a quem pedir. Fiz tanto pra ver se ajeitava a situação de casa, pra ver se ele parava com essas brigas, com essas confusões, pra ver se ele parava de me bater...”, externa.

Foram muitas as situações de violência vivenciadas por Maria Esperança. Tão marcante quanto a primeira foi quando teve uma arma apontada para sua cabeça. “Quando Pedro Marcos tinha um ano e dez meses, uma senhora que sempre fazia faxina lá em casa saiu correndo quando me viu com meu filho no colo, no quarto dele, e meu agressor em pé com a arma encostada na minha cabeça, dizendo que não sabia onde diabo estava com a cabeça que não metia uma bala na minha testa. Desse mesmo jeito, um outro amigo dele aqui de Fortaleza matou a mulher, porque ela caiu na besteira de dizer: ‘pois atira’. Ele foi e atirou. Eu fiquei calada. Aprendi. Antes ele me batia muito, e eu aprendi que, se eu ficasse calada, aguentasse aquelas ofensas calada, ele não me batia. Isso funcionou por bastante tempo, até um dia em que ele voltou a me bater. Pensei que pudesse ter sido a última vez, porque eu o jurei de morte, e ele ficou com medo. Eu fiquei muito roxa, e saí pra procurar um amigo dele pra me ajudar a ir embora. O amigo dele me botou no carro e pediu que eu voltasse pra casa. Conversou muito com ele, que prometeu que não ia fazer mais isso, mas só promessa, não teve nada disso. Ele sempre me batia e, quando não me batia, vinha pra cima de mim como se fosse me bater, demonstrando agressão. Ele vinha e, quando chegava em cima de mim, ele parava e gritava, me xingava de tudo que não prestava, me cuspiava toda. Eu odiava aquele cuspe”, indigna-se.

Marcos ia embora de casa, pagava a pensão (dinheiro que na verdade também já vinha descontado em folha e era automaticamente depositado na conta de Esperança), mas não honrava com os compromissos de dentro da residência onde morava. “Ele chegava e dizia que não tinha dinheiro e que não ia dar para fazer. Ele saía de manhã e só chegava à noite, e, quando ele dizia que não tinha dinheiro, acabou-se. Então, quando eu vi tudo faltar dentro de casa, eu era obrigada a pegar o dinheiro da minha pensão, que era minha e de Pedro Marcos - era 15% pra cada um -, e gastava fazendo feira, pagando conta de água e luz e comprando roupa para meu filho, coisas que precisavam pra dentro de casa. Passei a sustentar a casa”, diz.

Cada vez mais sem dinheiro, a família voltou para Fortaleza, onde passou a morar na casa de uma irmã de Maria Esperança, num duplex construído no fundo do terreno. Foi o período em que o filho Rodrigo, portador de Síndrome de Down, passou a morar com ela. Durante todos esses anos, ele viveu com a avó, mas um episódio também de violência pôs um intervalo nessa convivência. “Quando chegamos aqui, Rodrigo passou a morar comigo, porque ele bateu na minha mãe. A síndrome dele é de

grau moderado, mas minha mãe é muito bruta. Quando ela queria as coisas, ela voava em cima e tomava, e ele começou a reagir, o que não fazia antes. Quando eu cheguei aqui foi que eu soube que ele já tinha batido na minha mãe duas vezes. Hoje, minha mãe tem 76 anos. Ele bateu nela, e ela foi muito mal para o hospital. Quando eu soube, fui direto pra lá, e ela chorava muito dizendo que não queria mais ele. Então ele foi morar comigo. Nesse tempo, eu tinha conseguido a curatela (instituto jurídico pelo qual o curador tem o encargo imposto pelo juiz de cuidar dos interesses de outrem que se encontra incapaz de fazê-lo) do Rodrigo, mas a minha intenção da curatela não era de ficar com ele. A minha intenção era de levar para o INSS para conseguir o benefício para ele para ajudar a minha mãe. Então, quando ela disse que não o queria mais de jeito nenhum, eu pensei: ‘Já que sou mãe e tenho o documento que deu a responsabilidade, vou ficar’. Trouxe ele pra dentro de casa”, esclarece.

Se Marcos não aceitou os outros filhos de Maria Esperança, com o dependente Rodrigo não seria diferente. “Foi aí que começou mesmo o inferno, porque ele passou a não aceitar de jeito nenhum o Rodrigo. E toda vez que ele se referia ao menino era ‘o maluco do teu filho’, ou ‘o doido do teu filho’. E dizia: ‘Eu não convivo com louco, eu não quero o meu filho vivendo com um maluco’. Quando uma coisa sumia, ele perguntava: ‘Aonde que o louco do teu filho botou isso e aquilo?’. Ele sempre atribuía a culpa a alguém que era pra começar a confusão”, atesta.

Na casa onde morava a família, Rodrigo só foi autorizado pelo padrasto a frequentar o seu quarto e a cozinha. Não podia subir ao andar superior e isso foi machucando ainda mais o coração de Maria Esperança. “Mesmo meu filho estando tomando a medicação, ele não se acalmava, porque ele vivia enjaulado, vivia muito sozinho. Então ele começou a reagir. Uma cortina que tinha no quarto, ele rasgou com os dentes. Era o nervosismo, o estresse dele de viver isolado. Por outro lado, eu chorava muito porque eu o via desse jeito, e era meu filho que estava sendo excluído”, lamenta.

O convívio de Marcos com a enteada Letícia foi menos conturbado, tudo por conta de um esquema construído por Maria Esperança para intermediar a relação. “Durante muito tempo eles se falavam, porque eu consegui conciliar as brigas dele com ela. Quando ele queria reclamar, ele reclamava pra mim, dava as ordens pra mim, pra eu passar pra ela. Então, acabou que, para ela, ele era bom, porque ela nunca o viu brigando com ela, pegando no pé dela, nunca disse um não pra ela. Ele reclamava pra

mim e eu passava pra ela, então ela se revoltava contra mim. Pra ela, ele era bom. Eu era a ruim. E ficou uma confusão na cabeça dela, tanto que a adolescência dela foi muito difícil. Eu tive muito trabalho, sofri demais, porque tinha coisas que eu não queria contar pra ela, porque não ia adiantar já que ela iria enfrentá-lo. Eu sei que ia, e não ia valer a pena. Quando ela tomou conhecimento do que ele fazia, ela começou a enfrentá-lo, e quando ele vinha com tudo pra cima de mim, ela se metia no meio, dava um empurrão nele, que batia nela. Era uma coisa de louco”, lembra.

Com todas essas dificuldades, Maria Esperança passou a ter sérios problemas de saúde. Seu sono ficou demasiadamente leve, e chegou a um momento que nem dormir mais conseguia. Maria também era cada vez mais subjugada. Chegou a fazer vestibular para uma faculdade pública, passando em 14ª lugar quando já estava há 29 anos sem estudar. Essa vitória a emocionou muito, mas o marido fez pouco caso. “Pra mim, tinha passado em primeiro lugar, de tão feliz e emocionada. Em vez de ele me dar os parabéns, quando eu ceguei em casa chorando, ele perguntou: ‘o que foi?’” Eu, com muito custo, consegui falar que tinha passado. Ele olhou pra mim e disse: ‘valha mulher, e tu passou foi?’ Ele sempre me julgou uma ninguém. Nunca me deu valor e sempre me julgou incapaz. O meu psiquiatra sempre me dizia: ‘A sua doença é o seu marido’. Mas eu não podia fazer nada. Eu ainda tentei sair de casa, mas ele disse que se eu levasse o menino, que era o único filho que ele tinha – apesar de ter registrado a Letícia – ele iria me procurar nem que fosse no inferno, ele ia me achar, me matava e trazia o filho dele de volta. Então, quando eu saí de casa, eu não pude levar a criança. E eu podia. Eu sei disso hoje, mas na época eu não sabia. Eu já tinha feito um B.O. contra ele, mas eu não pedi as medidas protetivas. Eu fiz pra dar um susto nele. Tirei uma cópia e dei pra ele. Foi pior, porque aí ele ficava me insultando. Eu queria dormir, uma hora, duas horas da manhã, ele ficava em pé na porta do quarto me destratando. Eu falava: ‘Marcos, pelo amor de Deus, eu quero dormir, eu tomei remédio, eu tô brigando já com meus olhos, deixa eu dormir’. E ele respondia: ‘Eu vou falar até o tempo que eu quiser, até a hora que eu quiser, porque quem mantém esta – aí dizia um palavrão bem grande – sou eu’. E nem era, era eu com o dinheiro da minha pensão. Eu não dormia e quando dava cinco horas da manhã eu tinha que me levantar, porque meu filho entrava na escola cedo”, conta.

Maria Esperança teve de lidar ainda com outro problema. Mesmo tendo sido agredida pelo neto, a avó de Rodrigo passou a querer que o rapaz morasse novamente

com ela, e isso gerou mais dor de cabeça à mulher. “Como eu tinha a curatela, a minha responsabilidade era muito grande, porque se acontecesse alguma coisa, eu estava na condição de mãe de adolescente. O que ele fizesse, a responsabilidade era minha. Então eu fiquei com medo de entregar. Meus irmãos pediram muito que eu não entregasse, porque estavam com medo que ele a matasse. E eu fiquei com medo, porque era muita responsabilidade. Uma curatela não é brincadeira, e ela não entendia isso. Ela achava que eu estava sendo ruim, que eu estava tomando ele dela, já que ela criou. E não era isso. Eu estava preservando, eu estava com medo de que ele fizesse algum mal pra ela”, recorda.

5.4 Saindo de casa

Maria Esperança decidiu, enfim, sair de casa. Já que foi ameaçada pelo marido caso levasse o filho caçula, foi embora apenas com o filho mais velho, para a casa de uma filha que já era divorciada. Como ninguém da família conhecia os problemas conjugais que ela tinha, a filha fazia jogo duplo. O que acontecia sob seu teto, contava para Marcos, e o que acontecia lá, informava para a mãe. Durante esse tempo, ele mandava cartas com várias ameaças. Em uma delas, em certo trecho, ele dizia: “Você preferiu caminhos de morte”. Para ela, onde ele a encontrasse, a mataria.

Vendo a situação cada vez mais crítica, com a própria mãe se aliando ao agressor por não aceitar o fato de não poder cuidar do neto, e sem poder ficar morando com a filha, começou a planejar uma fuga com o filho mais velho para outro estado, em cidade que já tinha morado. O plano, fracassado no início, foi essencial para a transformação que ocorreria na vida de Esperança. “Eu aluguei uma casinha pela internet e ajudei a Letícia a ir morar com uma amiga. Queria me mudar para dar um tempo em outra cidade e ver se as coisas acalmavam. Um dia saiu todo mundo de casa, comprei as passagens e já fui direto pra rodoviária. Ainda era muito cedo pra pegar o ônibus, mas eu fui com meu filho. Meu objetivo era ficar fora do ar um tempo pra depois voltar e ver se eu conseguia fazer tudo consensual, o divórcio e tudo mais. Mas ocorreu algo com o qual não contava. Minha neta entrou no computador e conseguiu descobrir pra onde eu ia, porque ficou registrado num sei aonde. Que eu saiba, eu tinha

apagado tudo, mas ficou registrado e deu todo o meu paradeiro: que eu ia pra Natal, endereço, tudo. Eles sabiam que eu ia embarcar às 21h15. Quando eu peguei a identidade e as passagens pra comprovar, chegaram uns policiais, muito brutos, me empurraram e disseram que iam me prender por desacato à autoridade. Eu questionava e eles ameaçavam: ‘e não fale muito não, porque se não você vai sair daqui é algemada’. Foi uma confusão tão grande. Eu passei muita vergonha. Mais afastados da confusão, estavam minha mãe e minha filha, que gritava comigo, revoltada. Os policiais, que descobri depois que foram enviados por um namorado dessa minha filha que também era policial, questionavam o fato de eu estar viajando com meu filho. Eu mostrava a curatela, eles olhavam, zombavam da minha cara e diziam: ‘Aqui não está escrito que você pode viajar com ele’. E eu dizia: ‘Moço, você não está vendo aí escrito que eu sou a curadora dele? Sou responsável por ele? Que eu posso ir aonde eu quiser com ele?’. E eles provocavam: ‘Aqui não diz que a senhora pode viajar com ele’. Eu rebati: ‘Mas não precisa’. Enfim, eles determinaram: ‘Mas não vai viajar, pode ir’, e despacharam o ônibus. Só sei que puxaram o Rodrigo, e o menino começou logo a chorar, desesperado. Ele tem problema cardíaco. Nem pensaram no menino, que podia dar um ataque cardíaco ali na hora. Eu nem puxei ele de volta, porque seria pior. Eu estava só, eu não tinha ninguém por mim. Fiquei nervosa, me tremendo dos pés à cabeça. Foi aí que chegou um rapaz da empresa de ônibus e me perguntou se eu queria ajuda. E eu implorei para que ele me tirasse dali. Eu chorei muito porque minha família levou o Rodrigo. O funcionário disse que entendia minha situação, mas não havia nada que pudesse ser feito, já que, naquela hora, as únicas autoridades presente eram eles”, relata.

Com medo de seu agressor e preocupada com as reações hostis do filho deficiente, Maria Esperança resolveu fazer um B.O. de forma a se isentar de qualquer responsabilidade sobre as atitudes do filho. “Fiz isso para me resguardar das possíveis responsabilidades, porque se ele fizesse alguma coisa com a minha mãe, eu estaria livre, porque ele me foi tomado. Eu não entreguei”, explica.

Sem ter onde ficar, Esperança deu prosseguimento ao plano de se mudar. Conseguiu ainda pegar o ônibus de 23h. No caminho, passou mal e quando chegou à cidade de destino foi direto para o hospital. Estava com diverticulite aguda (obstrução de algum divertículo por fezes ou alimentos não digeridos, iniciando-se um processo inflamatório que em seguida evolui para um processo infeccioso). Sofria hemorragia interna, e em vez de fezes, Esperança só expelia sangue. Ficou cinco dias no hospital, e

quando saiu, foi amparada por uma velha amiga. Mal se sentiu melhor, dez dias após ter saído de Fortaleza, Esperança achou que deveria voltar. Chegou à capital cearense por volta de meia-noite e rumou para a casa da irmã, onde morava o marido. Bateu ao portão para entrar, mas ele disse que nunca mais ela entraria naquela casa. Doente, ela pediu pra conversar. Em vão. Esperança chamou o Ronda do Quarteirão, eles buzinaaram, mas não teve jeito. Marcos apagou as luzes e não deu ouvidos. Enfim, um vizinho apareceu e cedeu abrigo naquela noite. Foram poucas horas na casa do benfeitor, menos de duas. Assim que amanheceu, Maria Esperança decidiu ir à Delegacia de Defesa da Mulher. “Eu fui pensando: ‘Meu Deus, eu vou fazer um B.O., e de lá, Jesus, para onde é que eu vou? Doente do jeito que estou, o que eu vou fazer da minha vida? Mas eu vou assim mesmo”, decidiu. “Ao chegar lá, fiquei conversando com as mulheres, já que todo mundo chega no mesmo barco lá. O que muda são só os nomes dos agressores, porque a situação é praticamente a mesma. Foi aí que uma me falou de uma tal casa de passagem”, detalha.

5.5 Alternativas

Na hora de realizar o B.O., a escritã perguntou se Esperança iria querer as medidas protetivas. Ao receber resposta afirmativa, contra-argumentou: “A senhora está ciente das implicações, o nome dele vai ficar sujo na praça”. E eu rebati: “Pode botar. Tenho pena não. Tenho pena de mim que apanhei esse tempo todinho, fui agredida moralmente, fui tudo. Eu fui o tapete onde ele limpava os pés, eu fui o saco de pancadas dele, eu fui tudo o que não prestava pra ele, e ainda era a empregada dele. Quero! Quero tudo o que tiver direito”, esbravejou.

Ao finalizar o processo, Maria comentou: “Eu estava lá fora conversando e uma senhora me falou que existe uma casa de passagem, onde ficam as mulheres que correm perigo de vida...” E recebeu a explicação: “Nós temos a casa abrigo, para as pessoas que não têm pra onde ir e que correm perigo de vida”. Depois da explicação da autoridade, Esperança sentiu uma tranquilidade como há muito não sentia. “Depois que ela falou tudinho, foi a luz no fim do túnel. Porque até ali eu estava desesperada, sem saber pra onde é que eu ia. Quando ela me falou isso, foi um refrigério. A alegria foi tão

grande que eu chorei, porque a partir daquele momento, eu tinha pra onde ir”, emociona-se recordando.

Esperança foi encaminhada ao Centro de Referência e Atendimento à Mulher Francisca Clotilde, recebeu atendimento inicial e foi levada à casa abrigo, onde passou quase quatro meses. “Ali existe pessoas de toda sorte. Da prostituta à empresária. Não importa. Precisou da casa abrigo, eles analisam é a questão psicológica, é o perigo que essa mulher está correndo, porque ela não tem pra onde ir, já que toda a rede social dela é de conhecimento do agressor. Na casa, é bom porque você tem assistência psicológica; social; você tem advogada; você tem prioridade nos processos, passa na frente de todos; suas medidas protetivas saem em caráter de urgência, em menos de 24 horas. Fui muito bem assistida. Não tenho o que dizer. Eu acho assim, que a casa abrigo, é a luz no fim do túnel. É quando você diz pra você mesma: ‘eu não tenho mais saída’. Então alguém vai e te mostra: ‘Você tem saída sim, olha aqui’. Quando você chega na casa abrigo, chega um lixo humano. A gente não sabe nem o que é auto estima mais, você acha que não é mais capaz de nada. Meu pânico era tão grande que eu não ia pra perto do portão, porque eu achava que o meu agressor estava ali por perto, que ele ia dar rajada de tiro ali do portão. Eu botei isso na minha cabeça. Eu via ele em todo lugar. Então era um pavor, porque ter uma arma apontada para a minha cabeça era uma constância”, diz.

No tempo em que Maria Esperança ficou na casa-abrigo, a família desconhecia seu paradeiro. Ela, simplesmente, sumiu. Com isso, Marcos achou que a mãe tinha abandonado o filho e foi para a Justiça, obtendo a guarda provisória, estando com ela até hoje. A mãe não se desesperou. O tempo na casa de passagem serviu para se fortalecer. É como ela ouviu por tantas vezes lá dentro: sair de foco era o passo para trás que ela precisava para dar dois à frente depois. Enfim, chegou o momento de a mulher deixar o abrigo. “Quando a gente está mais forte, a gente começa a questionar, a querer resolver seus problemas”, afirma.

Como Maria perdeu a guarda do filho, deixou de receber também a porcentagem de pensão correspondente a ele. Com o que tinha, pagou um lugar onde poderia morar, o qual não era do conhecimento de ninguém. Escondida, a mãe nunca mais encontrou o filho. Falam por telefone. Maria Esperança, no momento, possui duas brigas na Justiça em andamento. Tenta obter o divórcio e a guarda de Pedro Marcos e

teve ação impetrada pela própria mãe, que quer a anulação da curatela sobre o neto Rodrigo. Maria conseguiu o direito de visitar Pedro Marcos, mas para isso ela deveria pegá-lo no colégio. Ela não aceitou. “Eu não vou me expor, porque o colégio fica no meio do bairro do agressor, pertinho demais da casa dele. Ele pode muito bem, de longe, numa rua esquisita, botar um silenciador e com certeza me atinge, vai embora... Alguém viu ele atirar em mim? Eu morro e acabou-se. Vão dizer que foi bala perdida”, teme.

Procurou a advogada. “Não adianta pedir o meu direito de visita, porque eu não quero. Não vou expor minha vida ao perigo. Eu só tenho essa vida. Não tem vida na farmácia pra vender, não. Eu não vou para o meio da toca do lobo, porque eu não sou louca. Eu não sou louca de pegar Pedro Marcos, que já tem 12 anos e sabe muito bem se localizar. Adianta vocês quererem esconder meu endereço se meu filho vem pra minha casa pra eu ficar com ele? Com certeza o pai dele vai descobrir onde moro. Como eu tinha medidas protetivas, tentamos exigir que ele entregasse meu filho em um local público. Ele disse que não aceitava. Que ele queria vir buscar e deixar na porta. Isso já mostra como ele está mal intencionado. O negócio dele é me eliminar”, aponta.

Para mãe, resta saber do filho por telefone. Assim tem sido nos últimos meses. Como Marcos não sabe do seu paradeiro, só a ameaça por mensagens de texto. Pedro Marcos fica no meio do fogo cruzado. Quando está longe do pai, diz sentir a falta da mãe e que a ama, quando está perto, é bruto. Pedro Marcos já sentenciou: quer morar com o pai, mas Maria orientou. “Pedro Marcos, você vai ser ouvido, vai dizer o que você quiser; seu pai vai ser ouvido, eu vou ser ouvida, mas quem vai determinar com quem você vai ficar não sou eu, nem seu pai, nem você, é o juiz. Você vai ter seu direito de expor sua vontade, não se preocupe, mas o que o juiz determinar vai ser acatado. Seu pai não pode dizer que você vai ficar com ele, porque existe uma pessoa qualificada pra decidir”.

5.6 A construção do agressor

As atitudes de Marcos com a esposa eram compatíveis com os valores que lhe foram introjetados na infância, conforme contou Esperança. Não fora criado pela mãe, mas pela mesma senhora que cuidou dela, a chamada Vó Lourdes. A avó materna de Marcos teve a filha ainda muito nova, e como tinha de trabalhar, deixava a menina o dia todo em casa, sozinha, chorando. Preocupada, uma vizinha, a Vó Lourdes, pediu pra criar a menina. E assim o fez até a adolescência, quando a mãe tomou a moça de volta para que a ajudasse em um restaurante que havia montado. Quando a mãe de Marcos engravidou dele, tratava-se do terceiro filho. Ao nascer, Vó Lourdes sentiu um afeto muito grande pelo bebê, e pediu para criá-lo também, já que a mãe do homem já estava grávida mais uma vez. Marcos passou a morar na casa dessa senhora até os 18 anos. Era somente ele, ela e mais outros dois adultos. Era o centro das atenções, mas não aproveitou muito a infância por estar sempre na companhia de adultos. Cedo, foi jogado, sem qualquer orientação, para o lado do sexo. Odiava ir para a casa da mãe. Como havia sido criado em um ambiente de adultos, de silêncio absoluto, no qual reinava, não suportava a casa da mãe com aqueles meninos chorando e fazendo bagunça. Quando os adultos que moravam com ele, inclusive a Vó Lourdes, morreram, Marcos teve de ir morar com a mãe, para sua infelicidade. Ele saía de casa logo cedo e ficava pensando no que iria fazer da vida. Só voltava no fim da tarde, tudo para poder se ausentar daquela vida que odiava. Então, começou a trabalhar, estudou bastante, terminou o segundo grau e fez o concurso da Polícia Federal, tudo financiado por uma mulher 12 anos mais velha e casada com a qual se envolveu por 18 anos. Como sustentava a casa, passou a ter domínio sobre todos que moravam sob o mesmo teto, inclusive sobre o pai. Marcos ditava as regras. Ao descobrir que uma sobrinha que morava com ele engravidou, disse não aceitar e obrigou a jovem a dar o bebê. Logo que conseguiu uma posição melhor, foi morar sozinho em um apartamento. Algum tempo depois, conheceu Maria Esperança.

5.7 Novos horizontes

Mesmo estando longe do marido há cerca de um ano, Maria Esperança ainda vive com medo, diante das ameaças que continua sofrendo, mas crê em dias melhores e que o seu pesadelo está a cada dia mais próximo do fim. “No momento, sonho com o meu divórcio, quero que me devolvam a guarda do meu filho, porque o Marcos está só com a provisória, quero o meu outro filho com síndrome de down, que tá com a minha mãe, porque ela não tem mais condições de ficar com ele, e sonho em viver a minha vida sozinha”, enumera.

Fazendo uma auto-avaliação da sua vida, acha que passou por tantos anos de sofrimento por falta de conhecimento. “Morei muitos anos em uma grande cidade do interior nordestino. Só lá foram 16 anos. Eu nem sei se lá tem Delegacia da Mulher, nunca foi divulgado. Eu não sabia nem que existia isso, muito menos casa-abrigo, que é a luz no final do túnel. Eu comentei até com a Socorro (Maciel, coordenadora do CRM): ‘É muito errado. A casa abrigo deveria ser divulgada na mídia, para que as mulheres que sofrem esse tipo de agressão tenham coragem, denunciem seu marido, denunciem o agressor, que elas têm um lugar pra ficar. Que ela vai ficar segura, protegida, ela e os filhos dela’. Eu só não levei o Pedro Marcos porque eu pensei que onde eu fosse com esse menino, seria encontrada pelo meu agressor e morta. Já vi muita propaganda contra a violência doméstica, mas elas nunca dizem que a mulher tem um amparo, que ela tem pra onde ir após essa denúncia se ela não quiser voltar pra casa. A maioria não sabe. Eu não sabia. A maioria não denuncia porque não tem pra onde ir, aí se obriga a viver naquela situação. Eu me sujeitei àquela humilhação.

Maria Esperança também prefere não guardar rancor do seu ex-marido, quer sossego e parece estar próxima disso. “Não desejo o mal a ele, ao contrário. Meu desejo era que ele se envolvesse com alguém, porque eu acho que se ele se envolvesse com alguém, ele me deixaria mais em paz, porque até hoje ele passa mensagem pra mim, de atrevimento, dizendo desaforo comigo. Ele perdeu a empregada, a babá do filho dele, ele perdeu inclusive quem sustentava ele, então é claro que ele está indignado por isso. Eu queria que ele arranjasse uma pessoa. Eu já arranjei uma, logo eu, que dizia que nunca na minha vida iria querer mais ninguém, e consegui”, revela.

O novo amor, estrangeiro, está ajudando Maria Esperança a superar os traumas do passado. “Graças a Deus a gente se entendeu demais mesmo. Quando meu divórcio sair, vamos casar e eu vou embora com os meus filhos. Ele é muito bem humorado, diferente do outro. Eu acredito que agora eu acertei”, orgulha-se.

Como novas metas, e um futuro promissor pela frente, Maria prefere passar uma borracha no que ficou para trás. “Quando a gente sai do abrigo, um dos conselhos que a gente recebe é que saiamos do Estado, pois quando os agressores descobrirem que serão penalizados, vão nos caçar feito loucos. Mas Deus é tão bom que não vai me tirar do Estado, vai me tirar do País”, comemora.

6. VIOLÊNCIA OLIMPIANA

6.1 Terror sem fronteiras

A prova mais evidente de que os casos de violência contra a mulher transcendem fronteiras geográficas, sociais e culturais é o fato de, não raramente, depararmos com grandes veículos midiáticos noticiando episódios de abuso de força ocorridos nas vidas de pessoas famosas. Ao contrário dos acontecimentos pertinentes a figuras simples do triste cotidiano da violência, pessoas alheias ao “fulgor magnânimo” das celebridades que ilustram as páginas das revistas, capas de jornais, programas de TV e homepages de portais, os casos que envolvem renomados atletas, atores, músicos e outras estirpes de famosos ganham proporções abissais na mídia e são capazes de comover a população com maior facilidade - principal e evidentemente quando as celebridades são as vítimas. Na contramão, quando o famoso é o agressor, o vilão impiedoso do filme de terror que a mídia vendeu como conto de fadas, é imediato o sentimento enojado da população, até mesmo daquela porção que há pouco admirava o agora delinqüente como um herói, um exemplo. O sensacionalismo exacerbado dos tablóides nos moldes britânicos coopera para o exagero na cobertura de tais casos, enquanto os anônimos ficam às escuras, amargando quase sempre o desconhecimento público. Casos nacionais e estrangeiros mostram que, após um episódio de violência doméstica, cada passo dos envolvidos se transforma em uma notícia, até que, certo tempo depois, em virtude da velocidade cada vez mais astronômica da comunicação, a memória praticamente se esvai. Em certos casos não tão antigos, mal nos lembramos quem agrediu ou quem foi agredido. Aqui, alguns desses fatos vergonhosos serão lembrados e, esperamos, eternizados.

6.1.1 Rihanna e Chris Brown

"I'm looking for the one with the glass slipper. Baby girl, you can be my Cinderella"./ "Estou procurando pela garota com o sapato de cristal. Garota, você pode ser minha Cinderela".

Certamente, ao ouvir tais versos, em meados de 2008, na canção Cinderella, versão remixada do hit Umbrella, de seu parceiro musical e namorado, a cantora Rihanna dificilmente imaginava que de candidata à princesa de contos de fadas passaria a protagonista de cenas de terror. Aliás, quem poderia prever um revés em um futuro próximo na vida de dois jovens no auge de seus 20 anos e de suas carreiras?

Naquele ano, a barbadiana Robyn Rihanna Fenty desfrutava, sem dúvidas, de um dos melhores momentos da sua jovem vida. Afinal, colhia os frutos de seu multipremiado disco 'Good Girl Gone Bad' (em tradução livre: A garota boa ficou má'). O álbum, com 12 faixas das quais oito foram canções de trabalho, vendeu quase 9 milhões de cópias em todo o mundo e foi nomeado a seis prêmios Grammy (a congratulação máxima da música norte-americana), no qual obteve um. Era sucesso de vendas, uma máquina de hits e um dos maiores nomes da música mundial na ocasião. Seu namorado era o rapper estadunidense Christopher Maurice Brown, o Chris Brown, que aproveitava as excelentes oportunidades advindas do sucesso de seu disco 'Exclusive' e do seu talento para a dança, reconhecido inclusive por gigantes da música como Michael Jackson.

Mas cerca de um ano depois, em 8 de fevereiro de 2009, acontecimentos que mais pareciam vinculados à gata borralheira da história infantil deixaram os meios de comunicação em alerta. Era noite de cerimônia do Grammy, e Rihanna e Chris Brown, que concorriam ao prêmio, não compareceram à festa. Pior, a ausência teria sido motivada pela prisão de Brown, suspeito de agredir uma mulher que não foi identificada pelas autoridades. Um comunicado da polícia emitido no mesmo dia informou que o cantor e uma mulher não identificada começaram a discutir enquanto dirigiam um carro no sábado à noite. A briga aumentou e ambos saíram do veículo na região de Hancock Park, em Los Angeles, nos Estados Unidos. Brown foi liberado ao pagar fiança de US\$ 50 mil (R\$ 113,1 mil).

Os diversos noticiários de celebridades, incansáveis, procuravam descobrir a identidade da agredida. Era ou não Rihanna? Com base em fontes apócrifas, inclusive de policiais envolvidos na investigação, tais meios não custaram a deduzir que se tratava mesmo de um caso de violência doméstica envolvendo os dois artistas. A ausência de informações oficiais de ambos os lados e o sumiço da cantora só favoreciam os boatos, reforçados ainda mais com o cancelamento de um show dela na Malásia, que ocorreria na sexta-feira seguinte.

Passados 12 dias desde a agressão, foi comprovada que a vítima era mesmo Rihanna. O site americano de entretenimento TMZ divulgou, sem citar fontes, uma imagem da cantora tirada ao denunciar o namorado à polícia da cidade. A foto mostra sua face completamente desfigurada, com um galo sobre cada uma das sobrancelhas, marcas em suas bochechas e em volta de seus lábios, além de um inchaço geral no rosto. A imprensa especializada tinha ali munição suficiente para seu pleno regozijo. Não se tratava de uma mulher agredida, uma cidadã comum. Era Rihanna, motivo pelo qual aumentava drasticamente o interesse e o espaço destinados à agressão de Brown.

Horas após a propagação da imagem, o Departamento de Polícia de Los Angeles iniciou uma investigação interna para encontrar o responsável pelo vazamento da foto, classificando a divulgação como um caso sério de má conduta profissional, passível de exoneração.

Um relatório da publicação "American Journal of Public Health" e da agência americana de estatísticas revela que uma em cada três adolescentes sofre algum tipo de abuso por parte do parceiro, e que, apesar desta situação, 80% delas não terminam o relacionamento. A DoSomething.org acrescenta a este dado que 40% das jovens com entre 14 e 17 anos conhece alguém de sua idade que foi agredida pelo companheiro.

Portanto, assim como ocorre em tantos outros casos de violência doméstica no qual há uma relação de dependência entre agredida e agressor, Rihanna reatou o relacionamento com Chris Brown três semanas após a ocorrência. A repentina reconciliação após um episódio de elevada gravidade alarmou parte da sociedade americana, em especial a artística, estimulando a apresentadora Oprah Winfrey a falar em seu programa, ao vivo, sobre o caso. "Se um homem te bate uma vez, vai bater-te outra vez", disse Oprah à ocasião.

A apresentadora falou ainda que se a cantora quisesse mesmo voltar para o ex-namorado, deveria tirar um tempo para pensar e reavaliar a situação. A grande preocupação, além da segurança de Rihanna, era com relação ao exemplo que o casal estava dando a seus jovens fãs. Com tal repercussão negativa da suposta reconciliação, Rihanna e Chris Brown não são mais vistos juntos.

Em 22 de junho, o rapper confessou ter agredido a cantora durante audiência realizada em uma corte de Los Angeles. Entretanto, a confissão de culpa só veio após um acordo com promotores que pediram que ele seja condenado a cinco anos de liberdade condicional e 180 dias de trabalho braçal no estado americano de Virgínia pela agressão, tendo ainda Brown de frequentar 52 semanas de sessões de prevenção de violência doméstica, além de pagar uma fiança de US\$ 2.500. O acordo foi validado dois meses depois pela juíza Patricia Schnegg, salvando o rapper da prisão.

A partir da data, Chris Brown ficou obrigado ainda a manter-se a uma distância de aproximadamente 100 metros de Rihanna, extensão que cai para 10 metros se ambos estiverem em evento público, pelos próximos cinco anos. Os trabalhos que ele presta à comunidade incluem cuidar do lixo, lavar carros e lavar o chão. Além disso, deverá comparecer a audiências de acompanhamento durante toda a condenação.

Mesmo com a comprovação do completo envolvimento de Chris Brown no episódio que culminou na agressão de Rihanna, boa parte dos jovens americanos ainda credita o fato à cantora. Segundo uma pesquisa da Comissão de Saúde Pública de Boston, publicada pelo jornal "The New York Times", de 200 jovens consultados 42% disseram que a agressão foi culpa de Rihanna. Outros 52% disseram ser culpa de ambos. O resultado alarmante declarado pela atual geração de jovens corrobora o pensamento antigo de que se houve agressão, foi porque o agredido fez por merecê-la.

6.1.2 Sandra Gomide e Pimenta Neves

Diferentemente de Rihanna, a jornalista Sandra Florentino Gomide, outra vítima da violência contra a mulher cometida pelo próprio cônjuge, não carregará as marcas psicológicas do incidente pelo resto da vida, já que foi assassinada cruelmente em 20 de agosto de 2000. Seu algoz foi o também jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, responsável por abrir um espaço ainda maior na mídia para o chocante caso, pois se tratava de um crime cometido pelo diretor de redação do tradicional jornal O Estado de São Paulo.

Sandra, que na época tinha 33 anos, foi morta com um tiro na cabeça e outro nas costas no Haras Setti, em Ibiúna, no interior de São Paulo, e não foi difícil ligar o homicídio ao jornalista, já que várias pessoas, inclusive o dono do local, testemunharam a fuga de Pimenta Neves após executar a ex-namorada.

Foi encontrada ainda grande quantidade de munição na chácara de Neves, em São Roque, próximo a Ibiúna. Para a Polícia, não pareceu racional uma pessoa que aparentemente não tinha o costume de usar armas ter em casa dez balas de revólver calibres 38 e 32 além de balas de pistola 380. O carro do jornalista, um Renault preto, também foi encontrado abandonado em uma estrada próximo ao haras onde ocorreu o crime. Esses novos indícios levaram as autoridades a pedirem a prisão temporária por 30 dias do jornalista, que se encontrava foragido.

Pimenta Neves, à época do crime, era 30 anos mais velho que Sandra. Os dois conheceram-se cerca de três anos antes, quando o jornalista foi contratado para dirigir o jornal “Gazeta Mercantil”. O assassinato cometido pelo jornalista nem de longe se assemelha com a conduta profissional exercida durante toda a vida. Aliás, uma breve olhada em seu currículo quase induz à idéia de que não se trata da mesma pessoa, o que mostra, mais uma vez, que a violência contra a mulher não encontra paredes sociais.

A despeito do horrendo fato, Antônio M. Pimenta Neves detém um dos mais brilhantes currículos do jornalismo brasileiro contemporâneo, já tendo ocupado cargos de direção nas principais empresas de comunicação paulistas. Seu início de carreira foi como repórter e crítico de cinema do jornal “Última Hora”, em 1958. Em seguida, foi para “O Estado de São Paulo”, periódico no qual exerceu a função de repórter e redator

de política, tendo trabalhado na sucursal de Brasília logo após a capital federal ter sido transferido para lá.

Ainda nos anos 60, fez estágio no jornal "Los Angeles Times", um dos cinco mais importantes e de maior circulação paga dos EUA, onde aprendeu muitas das técnicas que depois aplicaria no jornalismo brasileiro.

Depois, trabalhou na Folha de São Paulo com Cláudio Abramo - jornalista responsável por mudanças no estilo, formatação e conteúdo do Estadão (1952-1963) e da Folha (1975-1976) -, fazendo parte da equipe do comando da redação do jornal. Posteriormente, assumiu a chefia de redação da "Folha da Tarde", cargo que ocupou em 1968, período no qual o diário vespertino destacou-se na cobertura do movimento estudantil. Mais tarde, ocuparia a direção da revista "Visão" e tornou-se assessor editorial da presidência da Editora Abril. Alguns anos depois, em 1974, foi para Washington como correspondente da Folha e cobriu o desenrolar do caso Watergate e a renúncia do presidente americano Richard Nixon. Ainda na capital dos EUA, atuou como correspondente para a "Gazeta Mercantil" e para o "Estadão".

Foi convidado pelo Banco Mundial para ser o conselheiro-sênior para assuntos da vice-presidência da América Latina e do Caribe em 1986, função que exerceu até 1995, quando voltou ao Brasil para dirigir a redação da "Gazeta Mercantil". Em 1997, voltou ao "Estado de São Paulo" também como diretor de redação.

Durante sua permanência no Banco Mundial, mantinha contato com jornalistas e autoridades do Brasil, já que assessorava o vice-presidente da instituição. Auxiliava ainda governantes brasileiros que iam a Washington em busca de empréstimos. Sua formação acadêmica também condizia com tamanha experiência. Neves é bacharel em direito pela Universidade Mackenzie, fez mestrado em Política Pública Internacional na Johns Hopkins University, uma das mais importantes dos EUA; e participou ainda de cursos de pós-graduação e extensão universitária em jornalismo, economia e política no Mocallester College e na Universidade Harvard. Com tamanho respaldo junto à imprensa brasileira, era natural a assombrosa repercussão do crime na mídia.

Segundo declarações dadas pelos pais de Sandra Gomide, Pimenta Neves tinha ciúmes de Sandra e que passou a ser "estúpido" com ela após o término do

relacionamento, ocorrido um mês antes do crime. Segundo informaram, "ele disse que se ela não ficasse com ele não seria de mais ninguém."

Pimenta Neves prometeu entregar-se à Polícia três dias após o crime, mas um dia antes de cumprir o prazo, foi internado no Hospital Albert Einstein após tomar uma dose excessiva de sedativos. Durante o período no hospital, onde chegou à UTI, ficou escoltado por policiais para que, em seguida, cumprisse a prisão preventiva. Ainda no hospital, Pimenta pediu ao advogado que divulgasse à imprensa que ele, de fato, era o assassino de Sandra Gomide.

Em depoimento realizado no hospital, Pimenta, novamente, assumiu a autoria do crime sem demonstrar arrependimento, e acusou Sandra de traição nos campos profissional e pessoal. Por conta do término do relacionamento, o jornalista passou a perseguir Sandra profissionalmente, demitindo-a de sua função no "O Estado de São Paulo". Em jantar com uma amiga, Pimenta Neves chegou a dizer: "Enquanto ela (Sandra) não me procurar, não reconhecer o que fez e não reparar o erro, não terá emprego neste país". Ele inclusive chegou a ligar para vários outros grandes jornais e assessorias paulistas e recomendou aos proprietários que Sandra não seria uma boa contratação, utilizando, no caso das assessorias, o argumento de, caso contratassem "teriam problemas com o Estadão".

Aliás, as idas e vindas ocorridas durante todos os três anos de namoro foram diretamente proporcionais às ascensão e declínio nos cargos ocupados por Sandra Gomide. Muitos amigos se afastaram da jornalista, já que em muitos casos, os problemas conjugais do casal respingavam sobre a carreira profissional dos mais próximos.

Apesar da falta de subsídios para um diagnóstico mais adequado, diversos especialistas na área da psiquiatria explicaram que o crime foi cometido por um homem dúbio, que encobria suas tendências agressivas com uma carreira de sucessos, que não sustentou o ciúme doentio e a insegurança com a velhice e com as possíveis perdas de tão brilhantes credenciais. A namorada mais nova representava garantia contra o envelhecimento e a perda do poder, principalmente o viril, afastando-o da morte. O término do namoro haveria produzido uma espécie de "fúria narcísica".

Pimenta Neves só cumpriu a prisão preventiva 14 dias após o assassinar cruelmente Sandra Gomide, depois de ser hospitalizado no Albert Einstein e de ficar cerca de uma semana em uma clínica psiquiátrica. Quase sete meses depois de ser preso preventivamente, Pimenta Neves consegue habeas corpus no Superior Tribunal Federal (STF), concedido pelo ministro Celso de Mello, o qual considerou que "não existe situação configurada de real necessidade que possa justificar a prisão preventiva do réu". Cerca de dois anos após o assassinato de Sandra Gomide, a juíza Eduarda Maria Romeiro Correia, da 1ª Vara Criminal de Ibiúna, decidiu levar o jornalista, que estava em liberdade, a júri popular. Entretanto, ele só foi levado a julgamento em 03 de maio de 2006, ou seja, quase seis anos após cometer o homicídio e quatro anos após a decisão de levá-lo a júri popular.

Passados três dias de julgamento, o júri enfim decide condenar Pimenta Neves pelo assassinato de Sandra Gomide. Ele foi condenado a 19 anos, 2 meses e 12 dias de prisão pela morte da ex-namorada, mas poderia recorrer em liberdade. Sete meses depois de condenado, ainda em liberdade, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu pela prisão do acusado, que pede habeas corpus no STF. Como não se apresentou, o jornalista foi considerado foragido pela Justiça. Entretanto, Pimenta Neves conseguiu liminar do STF suspendendo a ordem de prisão.

Em setembro de 2008, oito anos após a morte de Sandra, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou o pedido para cancelamento do julgamento do jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, mas diminuiu sua pena para 15 anos de prisão. Até hoje, com os constantes recursos impetrados pelo réu em instâncias superiores, Pimenta Neves não cumpriu um dia sequer da sua pena, e corre o risco de nem cumprir, já que ultrapassou os 70 anos de idade e deve, na pior das hipóteses, obter prisão domiciliar.

Enquanto isso, a família de Sandra Gomide ainda espera, por mais de uma década, que a Justiça enfim se concretize e o algoz de sua filha pague pelo crime cometido.

6.1.3 Oksana Grigorieva e Mel Gibson

Obter uma estatueta do Oscar não elevou Mel Gibson à condição heróica do guerreiro idealizado William Wallace de “Coração Valente”. Aliás, para quem acompanha a brilhante carreira do ator e cineasta, observar sua conduta pessoal é tarefa ingrata, posto que parecem realidades oceanicamente distantes. Prisão por dirigir alcoolizado e acusação de violência doméstica também integram o currículo, e a ficha criminal, do renomado artista. Em entrevista ao apresentador Larry King, na televisão norte-americana, Grigorieva disse que o ator bateu nela, tentou enforcá-la e a ameaçou com uma arma em janeiro deste ano. Ela disse que Gibson bateu nela enquanto ela segurava a filha do casal, Lucia.

A suspeita teve início com a publicação, em 27 de junho de 2010 pelo site de celebridades TMZ, de uma matéria que falava sobre uma forte discussão entre Gibson e a ex-mulher Oksana Grigorieva em janeiro do mesmo ano, quando os dois ainda eram casados. Na briga, o ator teria batido no rosto da cantora russa, provocando uma contusão e quebrando vários dentes. Apesar de negarem o ocorrido, fontes próximas ao ator informaram que de fato houve um enfrentamento físico entre os dois.

Poucos dias antes da divulgação pelo TMZ, Oksana obteve uma ordem judicial que proibiu Gibson de se aproximar a menos de 90 metros dela. Em 9 de julho, o departamento de polícia de Malibu, na Califórnia, abriu investigação por suposta violência doméstica na casa do cineasta e de sua ex-esposa. O anúncio da investigação surgiu cerca de uma semana após a imprensa americana vazar trechos de uma suposta mensagem telefônica de Gibson a Grigorieva, na qual manifestava sua raiva com expressões racistas e violentas, depois de ela ter decidido revelar à imprensa as agressões físicas que sofreu do ator.

Nos trechos da mensagem, Mel Gibson estaria dizendo que Grigorieva "merecia" os tapas que levou porque estava arruinando sua carreira. Com o início das investigações e o vazamento da mensagem telefônica, Gibson deixou de ter uma agência de representação após a empresa William Morris Endeavor (WME) anunciar o fim do contrato com o ator. A empresa já estudava a possibilidade de se desvincular do

astro desde as declarações anti-semitas dadas por ele em 2006, mas a relação com seu agente Ed Limato atrasou a decisão.

Logo surgiram mais gravações polêmicas. Em um dos trechos, ele diz que a ex-namorada se vestia como "uma porca no cio". Em outra, o cineasta sugere que a namorada precisa de um "bastão em sua cabeça" e ameaça colocá-la "em um jardim de rosas". Em certo ponto da fita, Gibson se cansa de gritar e apenas ofega. Em seguida, Oksana o acusa de já ter batido nela e quebrado dois de seus dentes. "Que tipo de homem é esse? Bater em uma mulher quando ela está segurando uma criança? Quebrar seus dentes duas vezes! Que tipo de homem é esse?", perguntou Oksana, gritando, na gravação.

Ele diz em seguida: "ah, agora você está toda brava! Você sabe o que? Você mereceu!", grita, ouvindo da esposa, que gravava a conversa sem ele saber, que um dia ele iria responder por seu comportamento. O ator prossegue com as ameaças: "eu vou colocar você em um jardim de rosas, sua... Você entendeu? Por que eu sou capaz disso. Você entendeu?", pergunta o ator. Oksana diz que ele precisa de medicação e ele responde: "e você precisa de um bastão na sua cabeça. Que tal?".

Em nova gravação, o ator acusa a ex de traição após ouvir reclamações dela. "Eu te dei tudo. Eu fui sua mulher, eu te dei um filho", diz Oksana. "Você teria feito isso por qualquer pessoa. Você provavelmente transou com... Você sabe que sim", grita o ator, que ainda xinga Oksana com palavrões e palavras de baixo calão. "Você é uma idiota desprovida de cérebro", grita Gibson. "Você é uma vadia, eu sou seu dono!", diz o ator aos berros.

Na mesma fita, o ator usa uma expressão racista, chamando a empregada do casal de "wetback", gíria pejorativa usada nos Estados Unidos para se referir aos mexicanos que entram ilegalmente no país. "Eu vou demiti-la se ela estiver na sua casa. Eu vou entregá-la pras pessoas que tiram dinheiros dos imigrantes ilegais", diz Gibson.

Apesar das gravações, a Polícia ainda desconfiava da veracidade das denúncias da cantora, principalmente ao surgirem provas de que Oksana teria tentando extorquir US\$ 10 milhões para que o material não fosse divulgado.

Mas logo em seguida, uma série de fotos da russa em que ela aparece com hematomas no olho esquerdo vazaram. As imagens faziam parte da investigação

criminal. De acordo com Grigorieva, Gibson teria batido na sua cabeça duas vezes, causando os ferimentos.

Mesmo com a ocorrência de um dos maiores escândalos da carreira de Mel Gibson, uma pesquisa realizada nos EUA pela revista "Vanity Fair" e pelo jornalístico televisivo "60 Minutes" apontou que o fato tinha pouco impacto sobre a atração que o astro exercia nas bilheterias. Mais de três quartos dos norte-americanos disseram que, na hora de decidir se vão assistir a um dos filmes do astro, não serão afetados pelas gravações de telefonemas de Gibson xingando a ex-namorada.

Indagados se terão menos chances de comprar um ingresso para um filme de Gibson depois de ouvir as fitas postadas na Internet, 76% dos entrevistados --incluindo 80% dos homens e 72% das mulheres-- escolheram "não, nenhum efeito" na pesquisa.

A pesquisa foi realizada porque especialistas da indústria cinematográfica se indagavam sobre as consequências em longo prazo sobre a carreira de Gibson no cinema e sua popularidade nas bilheterias.

Por tratar-se de uma celebridade, a cantora cometeu o grave erro de tentar extorquir o ex-marido visando obter alguma vantagem sobre sua própria desgraça. O problema é que com a divulgação do ocorrido, a mídia passou a se focar mais na extorsão do que na situação de violência doméstica vivenciada pela russa.

Em entrevista à revista People, Grigorieva disse pensar que Mel Gibson fosse lhe matar., informando ainda que ele tinha surtos de ciúmes, falava sobre suicídio e uma vez lhe mostrou uma arma. Ela também falou sobre o porquê decidiu gravar as conversas que teve com o ator pelo telefone e alegou não querer usar as fitas para extorqui-lo.

O caso ainda não foi encerrado e deve demorar muito mais até seu desfecho, já que se a ex-mulher testemunhar contra o marido estará automaticamente acusando a si mesma de extorsão. O mesmo vale para Mel Gibson, o milionário ator que pode passar de criminoso a vítima devido à atitude de uma mulher que não soube exercer sua cidadania e lutar pelos seus direitos justamente.

6.1.4 Brooke Mueller e Charlie Sheen

O sempre “bad boy” Charlie Sheen - astro do filme “Platoon” e da série “Two and a Half Men” e filho do não menos encrenqueiro Martin Sheen - no dia 26 de dezembro de 2009, foi acusado formalmente pela então esposa Brooke Mueller, de tê-la violentado. Até que o caso finalmente esfriasse, tomando com exemplo o website de celebridades “Ego”, da Rede Globo, foram publicadas mais de 30 notícias acerca do assunto. Para se ter noção da constância da cobertura, seguem os títulos de alguns textos que, por consideração à profissão jornalística, não chamaremos de matéria, reportagem ou sequer notícia: “Charlie Sheen é preso acusado de violência doméstica” (26/12/2009); “Charlie Sheen paga US\$ 8500 e sai da prisão”(26/12/2009); “Charlie Sheen visita a mulher no hospital” (21/12/2010) “Charlie Sheen é acusado formalmente no episódio de agressão à mulher” (08/02/2010); “Após traição, mulher deixa casa que dividia com Charlie Sheen” (16/04/2010) “Série 'Two and a Half Men' pode acabar por recusa de Charlie Sheen” (26/04/2010); “Site mostra embarque de Charlie Sheen rumo à penitenciária em Aspen” (07/06/2010).

Sheen admitiu ter violentado Mueller no dia do Natal de 2009. A ex-esposa prestou queixa e, após pagar US\$ 8.500 de fiança, o astro foi liberado da prisão. Os dois foram ao tribunal e Sheen acabou livre, tendo apenas de prestar serviços comunitários. Mueller, inclusive, disse, posteriormente, a um tablóide britânico que aquela não havia sido a primeira vez em que era vítima de violência. Dois meses antes, ela conta ao jornal, foi arremessado no chão após uma discussão e bateu a cabeça com gravidade.

O fato é que, depois do vergonhoso incidente, o lógico seria o surgimento de eventos nefastos sobre a carreira do ator, como perda de patrocínios e até demissão do programa que protagoniza. No entanto, a única punição que lhe foi aplicada, à exceção dos nada árdios serviços para a comunidade, foram os US\$ 8.500, valor que, para um cidadão comum, até poderia ser elevado e até poderia fazê-lo pensar 8.500 vezes antes de surrar a cônjuge, mas não para Sheen, um milionário filho de outro milionário, para quem a quantia citada não passa da gorjeta que se dá ao manobrista. Durante o imbróglio judicial, a presença do ator na oitava temporada da série norte-americana Two and a Half Men foi questionada. Contudo, quando a poeira jurídica e o assédio da imprensa baixaram, ele renovou o contrato, com um salário ainda maior. O sujeito que

pagou US\$ 8.500 para não ficar preso após violentar a própria esposa, passaria a ganhar US\$ 1 milhão por episódio do seriado.

Posteriormente, em meados de novembro, Sheen voltou às páginas internacionais por novas acusações de agressão física. A atriz pornográfica e garota de programa, Capri Anderson, ameaçou processá-lo por agressão. Ela contou que o ator a pegou pelo pescoço, atirou uma lâmpada contra ela e gritou para ela provocações de cunho racista. Segundo testes, o ator estava sob efeito de cocaína. Naquela noite, a polícia encontrou a garota de programa trancada no banheiro do quarto do hotel.

O episódio de Sheen é peculiar. A imagem que o ator transpassa em seus papéis, aliada a alguns episódios de sua vida pessoal (como bebedeiras exacerbadas, prostitutas e relacionamentos instáveis) sempre deixaram uma marca de bad boy. O personagem a quem tem dado vida em *Two and a Half Man*, Charlie Harper, não possui apenas o primeiro nome como similaridade com o ator. Harper é uma grande caricatura do que é o ator na realidade: um sujeito cuja primeira refeição é um copo de uísque, uma figura que faz sexo com dezenas de mulheres por semana e não possui qualquer sentimento por alguma delas. Na série, esses epítetos de anti-herói são elaborados de um modo por meio do qual Charlie se torna alguém de extremo carisma, o estilo de homem que todo adolescente gostaria de ser. A imagem imponente, sarcástica e carismática do personagem que vem sendo interpretado por Sheen há sete anos, claramente se sobressaiu ante o sujeito repleto de olheiras que agrediu a esposa. Sheen ainda hoje possui a graça de milhões de fãs pelo mundo. Seu trabalho é, de fato, brilhante. Mas seria mais justo fazê-lo não em uma casa de praia em Malibu e, sim, atrás das grades, atuando ao lado de “artistas” não tão talentosos.

6.1.5 Luana Piovani, Viviane Sarahyba e Dado Dolabella

O ator, cantor e músico Dado Dolabella é um nítido exemplo da banalização da imagem que gera a violência doméstica. O caso do brasileiro mostra – de modo ainda mais escancarado do que o de Charlie Sheen – como a população consegue relevar, esquecer ou fingir que esqueceu um episódio de agressão contra uma figura feminina. Em outubro de 2008, o pseudo-artista teve seu lado sádico trazido às claras. O truculento rapaz agrediu uma senhora de 62 anos de idade, a camareira Esmeralda de Souza, que, à época, trabalhava para a então namorada de Dolabella, a também atriz Luana Piovani. De acordo com sites de notícia, a camareira disse ter sido empurrada quando tentava apartar uma briga entre o ator e a atriz Luana Piovani na boate ‘00’. Com o empurrão, a camareira caiu no chão e acabou machucando os punhos, precisando imobilizar os dois braços. A atriz funcionou como testemunha do caso e confirmou em depoimento à 15ª DP a versão de Esmê (apelido da violentada).

Apenas no dia 12 de dezembro de 2009, veio a notícia de que o artista fora indiciado pela covarde agressão à camareira, que ficou mais de 30 dias impossibilitada de trabalhar.

Posteriormente, descobriu-se que a ex-namorada Luana também havia sido vítima do incansável agressor, no mesmo dia em que a senhora sexagenária. No dia 6 de novembro de 2008, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) instaurou inquérito para apurar a denúncia de agressão à atriz Luana Piovani. Assim, o suspeito Dado Dolabella corria risco de ser enquadrado na Lei Maria da Penha, podendo ser condenado de 3 a 4 meses de prisão.

Apesar de negar a agressão, estratégia adotada por boa parte dos criminosos deste País, as provas surgiram e mostraram que a atriz realmente foi vítima do jovem. O laudo do exame de corpo de delito do Instituto Médico Legal confirmou que a atriz foi agredida. O resultado atestou que Luana Piovani sofreu uma lesão leve, após sofrer um empurrão e cair.

No dia 17 de novembro de 2008, o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro formalizou a denúncia de agressão, denunciando o ator por lesão corporal, pela agressão à ex-noiva.

Avançando um ano e meio na cronologia dos fatos, por culpa da vagarosidade de parte dos processos da justiça, veio o veredicto, no dia 4 de agosto de 2010. A juíza Ane Cristine Scheele Santos, do 1º Juizado de Violência Doméstica Familiar, do Rio de Janeiro, condenou o ator a dois anos e nove meses de prisão em regime aberto por agredir Luana Piovani no dia 22 de outubro de 2008. O advogado do ator, Michel Asseff Filho foi o mesmo que defendeu o ex-goleiro Bruno no começo do processo sobre o suposto assassinato de Eliza Samúdio. Dado foi condenado.

Precisamente 16 dias após a decisão judicial, outro escândalo envolvendo Dolabella tomou as homepages de sites nacionais. A ex-esposa de Dado, Viviane Sarahyba, entrou com um pedido de medida cautelar contra o ator. Levando-se em conta o histórico dele, o motivo não poderia ser mais óbvio: agressão. Reincidência. Sarahyba conseguiu na Justiça medida cautelar que obrigou o marido a deixar a casa onde moram na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, em caráter de urgência. De acordo com documento expedido pela juíza Maria Cristina Brito Lima, da 1ª Vara de Família da Barra, Viviane registrou boletim de ocorrência contra o ator alegando ter sido agredida fisicamente por ele por mais de uma vez durante o período em que estiveram casados. Em sua decisão, a juíza ainda afirma ter recebido farta documentação que comprova que a autora vem sofrendo agressões físicas por parte do réu.

Apesar do pedido, Viviane se recusou a prestar queixa contra o ex-marido, fato que ocorre comumente nos casos de violência doméstica. Mesmo alegando ter sofrido sucessivas agressões ao longo do relacionamento com Dolabella, Sarahyba pediu apenas um acordo com o ex-marido. O advogado da publicitária, Sérgio Arthur Calmon Du Pin, afirmou que Viviane “deseja paz”. “Ela não registrou queixa na delegacia e não pretende mover qualquer processo sobre agressão contra o Dado. O que ela deseja agora é um acordo. Ninguém tem sede de litígio e, sim, de paz”, disse Du Pin ao site de notícias EGO.

É triste e embaraçoso saber que o fato teve a cumplicidade de dezenas de milhares de brasileiros. Entre os dois episódios supracitados (da agressão de Luana e sua camareira e de Viviane), o encrenqueiro foi convidado a participar do reality show da Rede Record de Televisão, intitulado “A Fazenda”. O programa consiste em mostrar o convívio de uma série de famosos (a maioria composta de fracassados artistas e modelos) em uma pequena fazenda forjada pela emissora para o cenário da trama. Os

participantes são vigiados integralmente por câmeras e cabe à população escolher quem sai do programa, usando critérios de simpatia, antipatia ou quaisquer outros.

O fato é que Dolabella foi o grande vencedor do reality show, sendo escolhido pela população para ganhar um prêmio de um milhão de reais. O incidente mostra a completa incompetência da população em recordar-se do passado das pessoas. Assim como fez com o criminoso que usa de superioridade física para dominar o mais fraco, o povo faz também ao votar em um deputado que desviou verba pública para satisfazer seus próprios prazeres cotidianos. Um simples reality show televisivo funciona como uma poderosa metáfora. Mesmo quando a verdade, o caminho certo está à nossa frente, tomamos a decisão mais estúpida possível e escolhemos o vilão para receber a quantia monetária dos sonhos de qualquer brasileiro ou para governar os nossos interesses diários com seus ternos e gravatas. A falta de memória é um poderoso impulsionador para criminosos como Dado Dolabella reincidirem em suas falhas e banalizarem a violência.

6.1.6 Bruno e Eliza Samudio

Qual garoto brasileiro nunca sonhou em ter seu nome gritado por uma multidão? Brincando com os amigos e driblando as dificuldades da pobreza, muitos jovens depositam no futebol a esperança de ascender socialmente, dar um vida mais tranqüila aos familiares e, claro, consagrar-se. Dezenas de milhares tentam a sorte nos gramados, mas poucos são os que conseguem adentrar as quatro linhas de um grande estádio do Brasil, vestindo uma camisa tradicional do País. Bruno Fernandes das Dores de Souza foi uma dessas exceções de sucesso. Diferente da maioria dos aspirantes a futebolistas, Bruno se destacou com as mãos, que, aliadas à elevada estatura, fizeram dele um goleiro de forte presença em campo. Teve a oportunidade de começar a carreira em um grande time do Brasil, o Atlético Mineiro, estreando em 2005. Nesse ano, já se destacou e foi eleito o segundo melhor goleiro do Campeonato Brasileiro pela revista Placar. Em 2006, as boas defesas do grandalhão chamaram a atenção do Corinthians, que contratou o goleiro, à época com 22 anos. Em virtude de desentendimentos com a diretoria do clube paulista, Bruno sequer vestiu a camisa alvinegra em um jogo oficial. O Corinthians, então, negociou o arqueiro das Minas Gerais com o Flamengo no mesmo

ano. A partir de então, Bruno dominou a vaga de titular do maior clube do Brasil, sagrando-se um dos principais goleiros do Brasil. Nos quatro anos em que ficou no clube, o goleiro, não satisfeito em defender os chutes adversários, arriscou-se como cobrador de falta e pênaltis e anotou quatro gols em seu nome, tornando-se o goleiro com o maior número de gols marcados na história do clube.

Origem pobre. Conquistas. Talento. 26 anos de idade e Bruno já tinha aos seus pés a torcida do Flamengo. Pegando pênaltis e fazendo defesas importantes, o mineiro já havia se sagrado como um dos novos ídolos dos rubronegros. Com muito dinheiro e sucesso, Bruno era mais uma história de reviravolta proporcionada pelo esporte. Mas algumas pessoas nasceram para o fundo do poço, e buscam formas de voltar para lá.

No dia 26 de junho de 2010, o goleiro deixou as páginas de esporte para estampar as manchetes policiais do País. O desaparecimento da modelo e atriz de filmes pornográficos, Eliza Samudio, que mantinha um envolvimento amoroso com o atleta, levou a Polícia Civil de Minas Gerais a intimar o jogador para prestar depoimento, fato perfeitamente comum, afinal, em caso de mortes femininas, o cônjuge, em mais de 70% dos casos, é o culpado. Não demorou muito e o goleiro foi parar atrás das grades, como principal suspeito de ter sido o mandante do sumiço e assassinato da modelo. Os comparsas do goleiro, encabeçados pelo amigo Luiz Henrique Ferreira Romão, apelidado de Macarrão, também foram presos de modo preventivo. No início de julho, o goleiro já perdeu todos os patrocinadores e, pouco depois, o Flamengo pediu o desligamento do jogador, por justa causa. As versões sobre a suposta morte de Eliza possuíam requintes de imensa crueldade e frieza. A polícia investigou um espancamento à vítima que teria sido agredida até a morte pelos comandados de Bruno e jogada em um rio ou represa em Belo Horizonte. Outra possibilidade seria o esquartejamento da atriz, após ter sido jogada à fome de cachorros. Os pedaços teriam sido escondidos no concreto na casa onde Samudio foi morta.

O assassinato teria sido motivado por motivos torpes. O goleiro se sentia incomodado com a cobrança da modelo – com quem tinha um filho – pela pensão. Durante a gravidez, Eliza teria sofrido inúmeras ameaças do suposto criminoso e de seus amigos. Bruno se recusava, inclusive, a ver a criança, nascida em fevereiro de 2010 e sequer aceitou a proposta da vítima de fazer o exame de paternidade.

Com uma série de indícios que convergem para a culpa de Bruno e Macarrão, os dois aguardam o julgamento em uma penitenciária em Minas Gerais. A cada nova audiência, o atleta parece mostrar problemas físicos e psicológicos. Ele desmaiou em algumas ocasiões, impedindo que o processo na Corte continuasse. Com a carreira completamente comprometida, o jovem de sucesso e talento, que já foi venerado por uma multidão apaixonada, faz parte agora de uma triste multidão, desprovida de liberdade e esperança. A zaga do time da penitenciária, no entanto, poderá ficar mais tranquila.

7. MARIA DAS DORES

7.1 Drogas ao alcance

Não se pode dizer que Maria das Dores¹⁶ é uma mulher sem fé na vida, afinal ela ainda coloca todas suas últimas esperanças em Deus. Já faz tempo que a senhora de 60 anos deixou de acreditar na Justiça dos homens, desde quando percebeu que não importava o quanto gritasse, ninguém escutaria, ou não se importaria. Talvez porque nunca tenha tido dinheiro para pagar bons advogados. O pouco que tinha era utilizado para sustentar a pequena casa em um bairro com fortes desigualdades sociais, como tantos outros em Fortaleza. Na residência, morava com um filho, o mais velho dos quatro e também o mais problemático deles.

Mesmo odiando droga, exceto sua cervejinha das horas vagas, os entorpecentes estiveram ao redor de Maria das Dores durante grande parte da sua vida, fosse pela sua vizinhança carente ou dentro da própria casa. Dos seus filhos, só a menina salvou-se desse mal. Os outros três caíram cedo no vício. Dois seguem vivendo sua vida, usam o seu “bagulho” sem importunar os outros. O mais novo trafica e enquanto procura se esquivar das autoridades, evita confusão com outros drogados da região. Mas o mais velho, João, mostrou à Maria que tudo poderia ser pior. Para ele, só restou o craque, pois até a mãe, ser que parece incansável, começou a ser vencida após tantos anos de sofrimento e culpa.

João é viciado em craque e cachaça. Para Maria das Dores, antes fosse “apenas” o craque. O problema, segundo ela, é justamente quando mistura com a bebedeira¹⁷. Quando ocorre, o que não é raro, é sinal de mais uma noite infernal. “Ele

¹⁶ Os nomes de todos os envolvidos neste caso foram modificados para preservar a integridade da vítima.

¹⁷ A fumaça produzida pela queima da pedra de craque chega ao sistema nervoso central em dez segundos, devido ao fato de a área de absorção pulmonar ser grande, e seu efeito dura de 3 a 10 minutos, provocando sensação de euforia mais forte do que o da cocaína, após o que produz muita depressão, levando o usuário a usar novamente para compensar o mal-estar, provocando intensa dependência. Não raro, o usuário tem alucinações e paranóia (ilusões de perseguição). Mesmo tendo efeitos comprovadamente mais devastadores do que o álcool, a opinião da entrevistada – o que não necessariamente corresponde à opinião dos entrevistadores - é de que a bebida é uma droga ainda pior.

usa droga; usa o craque, e também a pior droga que existe no mundo, que é a cachaça. Dois [filhos] são usuários de droga, e um vende. Mas o que vende não mexe com ninguém. Quem quiser procura por ele na casinha dele, e ele tá lá vendendo. Tem a vida dele. Mas esse que mistura a cachaça e a droga...”, minimiza, completando: “Eu acho que o que prejudica mais a ele e a mim é a cachaça. Porque quando ele tá só com a droga, ele fica uma pessoa maravilhosa. Essa noite, por exemplo, eu fiquei a noite toda acordada, porque quando ele tá drogado assim, com o álcool também, ele não me deixa dormir. Ele já tem me batido, já tem me empurrado. Tudo isso ele já tem feito”, relata.

O vício do filho de 39 anos começou no início da fase adulta, quando ele tinha cerca de 20 anos. Sua primeira droga foi a maconha, pelo menos até onde Maria das Dores sabe. A partir disso, o rapaz, considerado por muitos inteligente e trabalhador, perdeu-se para os entorpecentes. “Isso acontece há mais de 20 anos. Ele começou com a maconha e depois passou para o craque. Acho que todo mundo acaba passando pro craque depois né?”, indaga, sem certeza. Aliás, ela só está certa de que ele ainda não deixou o vício, nem parece estar próximo disso. “Ele começou com uns 20 anos e ainda hoje não deixou. Graças a Deus que ele não optou pela cocaína, porque é mais caro. Por isso que eu digo que isso não é doença, isso é falta de rigor, de tratamento”, opina.

E como uma senhora, depois de tantos anos, ainda pode ajudar seu filho problemático? Dinheiro para clínicas de reabilitação, tão comuns para jovens da classe média alta cearense, ela não tem. Tentou a ajuda do Município, através do Caps (Centro Atendimento Psicossocial). Ela mora próximo a um. João já é cadastrado lá faz tempo, mas como levá-lo até lá? Já que ele não vai, o jeito é ela ir. Não que seja obrigação. Ela vai de bom grado, pois é somente lá que consegue forças para continuar lutando. “Eu também frequento o Caps para me tratar, senão eu não agüento”.

7.2 Vício financiado

Sem ter como tratá-lo, sem ter como tirá-lo de casa e para evitar que as poucas coisas que ainda tem em casa sejam comercializadas em troca de umas pedras, Maria das Dores acaba bancando o vício do filho. “Eu vim ver uma pedra de craque agora, há poucos dias, olhando mesmo, na minha frente. Eu tenho tanta aversão a isso que eu não queria nem ver. E uma vez ele queria que eu fosse comprar pra ele. Aí eu disse: ‘me poupe. Você me mata e eu não vou fazer uma coisa dessa comigo’. Eu já dou um dinheirinho pra ele, que é pra ele não tirar nada de casa. Além disso, ele era muito trabalhador. Ele era metalúrgico, mas hoje em dia ele só tem a mim, porque o pai dele faleceu agora. Nem os irmãos querem saber dele. A mulher que ele tinha, mais o filho, também não aguentou”, conta.

João passa o dia em casa. Vez ou outra faz um bico. Mas na maior parte do tempo está drogado e infernizando a vida da mãe. Segundo afirma Maria das Dores, o faz sem motivos. Simplesmente chega em casa e a empurra, ou dá-lhe na cara. E durante o resto do tempo em casa fica a classificar a mãe com adjetivos que não se diz nem a inimigos. “Me judia, me chama de nojenta, de miserável, ele quer o meu dinheiro todinho pra ele”. Tanta agressão a fez procurar por ajuda, em um tempo que já ficou pra trás, quando nem Lei Maria da Penha e medidas protetivas existiam, e o Juizado ficava em outro endereço. Cansou de bater de porta em porta, atrás de Justiça. Boletins de ocorrência, ela fez vários. Tantos quanto a sua ironia em gesticular mostrando o bolo de papel em sua casa. Não acredita mais em Ronda do Quarteirão, Delegacia da Mulher, nem em Juizado Especial. Dos recursos ofertados pelo Estado, ela ainda frequenta o Centro de Referência Francisca Clotilde, onde segundo ela “ainda fazem o que podem”.

“Já está com muito tempo que estou nessa luta, e nunca consegui ser ouvida por um juiz. Em 2008, quando eu procurei a Delegacia da Mulher, me mandaram para cá. Mas ainda não encontrei nada que pudesse me ajudar. Ele [o filho] continua do mesmo jeito. Ele já vai completar 40 anos neste final de ano. Boletim de Ocorrência que eu fiz, já perdi as contas. Já conversei com tanta gente. Aqui [no CRM] a gente encontra apoio. Mas quando chega na delegacia, nada. De B.O. e de medidas protetivas lá em casa eu tenho dessa altura [mede com a mão]. Nessa jornada toda, ele passou um mês e 18 dias preso. Dizem que quando a ocorrência é de violência contra a mulher, ele tem

que ficar no mínimo três meses, mas não ficou. Nesse tempo todo, também só ocorreu apenas uma audiência. Eu não consigo mais falar com ninguém no juizado. Eu vou lá, pelejo, pelejo, pelejo, mas agora eu não vou mais. Aqui não. Aqui a gente vem, e elas fazem o que pode. O que é o objetivo delas aqui, o que está à altura, elas fazem. Mas é como diz a própria Maria [da Penha], que a gente conversa muito com ela aqui: ‘é muito difícil, sei do tempo que custa, foram 25 anos de luta. O que eu pude fazer pra castigar meu marido, eu fiz, mas eu não posso fazer mais do que isso’, relembra.

O primeiro dos B.O.’s foi feito ainda contra, na época, seu marido. Desde o tempo em que era casada, Maria das Dores já convivia com a violência em casa. “Eu prefiro não dizer nada, porque eu tô é separada dele há muito tempo, mas quando ele era vivo, quando a gente vivia junto, ele fazia muita coisa ruim. Ele não bebia, mas ele era ruim pra mim”, conta. Apesar de ter uma vida difícil, ela não crê que esses momentos tenham tido influência sobre a formação das crianças. “Eu acho que pra tudo nessa vida se precisa de sorte. Muita gente diz que meu filho é isso, que meu filho é aquilo, mas eu acho que não tive foi sorte. Eu conheço tantas famílias em que os pais são muito piores, mas que hoje em dia os filhos são todos formados. É somente sorte”, crê.

E se orgulha da forma como criou os filhos. “Quando eu era adolescente, eu nunca tive nada, mas sei como criei meus filhos, criei muito bem, mas muitas vezes acho que eles não sabem disso, sempre respeitei meus filhos”.

Como respeito ela cita o fato de não ter enfrentado o marido nas tantas vezes que ele a agrediu, ou nas outras tantas em que ele queria ter relações sexuais com a esposa na frente das crianças. “Eu passei 23 anos sofrendo muita coisa. Ele me humilhava, me açoitava, me chamava de ‘nêga’, ele e a família dele. Ele também queria manter relações na frente das crianças. Ele trabalhava à noite, como motorista, e quando chegava em casa, de manhã, queria que eu fosse subir pra me deitar com ele. Isso oito horas, nove horas da manhã. Talvez tenha quem goste. Eu não gosto, nem nunca aceitei”, enfatiza.

Como o filho não trabalha mais, por conta do vício, Maria das Dores é quem sustenta o rapaz, e ainda tem de aturar os abusos cometidos por ele. “Só mora eu e ele numa casa pequena. Eu dou tudo a ele. Simplesmente ele não trabalha mais. Inclusive dou dinheiro pra ele comprar a droga dele, porque não quero também que ele vá roubar. Não dou muito, até porque não tenho. Mesmo assim, tem dia que ele está com uma

raiva tão grande, que eu vejo a hora ele me matar. Pelo menos, ele não tem arma, mas como ele é muito forte, tenho medo. Faz poucos dias que ele me empurrou”, detalha. Isso ocorre quando ele está sob a influência do craque e do álcool, mas quando ele está sóbrio – momento este em que não lembra absolutamente nada dos abusos cometidos na noite anterior -, quem não perdoa é Maria das Graças. “Quando ele tá bom, eu faço com ele o que eu quiser. Hoje de manhã mesmo eu dei uma surra nele de cinturão e ele nem se mexeu. Eu não vou dar nele é bêbado, porque eu não sou doída, mas quando ele fica bom...”, revela.

A relação de João dentro de casa com a mãe não é boa. “Na verdade é péssima”, confirma. “Ele não quer conversar, ele não fala. Eu procuro conversar, tento, mas ele não fala. Vejo se ele quer se tratar, mas ele não me dá ouvidos”, relata. E o que mais Maria das Dores lamenta é o fato de ter perdido o filho para esse mal. “Ele começou a usar drogas em 94 ou 95, mas era só maconha na época. Ele trabalhava, e é muito inteligente. E o que eu mais me pergunto é como uma pessoa tão inteligente opta por uma ‘merda’ dessas, porque eu acho isso uma ignorância. Se eu tivesse 17 anos, eu não teria feito isso. No meu tempo, graças a Deus não existia isso”, conta.

O fato de Maria das Dores morar entre três favelas facilita para João a obtenção da droga. Entretanto, nenhuma das pedras é fornecida pelo irmão traficante. “Ele tem horror ao João. O João nem chega perto da casa dele, porque ele não quer. Ele é traficante, mas ele não mexe com ninguém. Eu tenho a impressão que ele não fornece pra ele para não compartilhar com a minha desgraça. Ele não vende pro irmão uma pedra nem por cem reais. Quando o João chega por lá, ele bota pra correr. Mas ele consegue a droga claro, de outras pessoas. Existem outros pontos de vendas. Existe sim. Moro entre três favelas”, declara.

Mesmo dando dinheiro para sustentar o vício do filho, Maria das Dores relembra com tristeza as incontáveis vezes em que perdeu e que ainda perde coisas da sua casa, tiradas pelo filho. “ Ele tira e já tirou muita coisa minha. Ele já tirou televisão minha, ventilador, ferramentas de construção, que eu gosto de ter. Eu não posso ter nada que ele carrega”, aponta.

7.3 Estado falho

E foi justamente por conta do roubo de coisas de dentro de casa que ele passou um mês e 18 dias na cadeia. “Ele foi preso não foi nem pelo que ele faz, de me bater. Ele foi preso porque ele destelhou a minha casa para roubar um botijão de gás pra vender. Aí, minha filha, que mora vizinho a mim, viu e ligou pro Ronda. Quando ele percebeu que ela tinha ligado pra Polícia, foi lá na casa dela e deu nela. Aí o Ronda chegou e levou ele”, resume.

Maria das Dores garante ter pedido medidas protetivas para que João fosse afastado de casa, mas ele não cumpriu a decisão judicial. “Ele não cumpre. As medidas protetivas foram a primeira coisa que eu pedi quando fiz a queixa. A oficial [de Justiça] veio e deixou o papel. Ele nem leu. Jogou o papel em cima de um armário que tem aqui em casa. Ele só foi ler no dia da audiência. Se fosse outra, já teria abandonado a casa e fugido, mas a minha casa eu não deixo não”, garante. “Já tentei colocar ele pra fora, mas ele não sai. E você sabe que coração de mãe é um bicho que derrete por qualquer coisa”.

Em uma das crises por conta do efeito da droga, em uma noite de domingo, Maria das Dores chamou o Ronda do Quarteirão. Uma, duas, três, onze vezes. Nada. A viatura só apareceu após quatro horas e meia desde a primeira chamada, quando o efeito dos entorpecentes já tinha reduzido. Para ela, muito dessa demora tem relação com o medo dos soldados de abordar o filho. “Em vez de chegar e levar logo, tem Ronda que chega lá e tem é medo. Eu chamei onze vezes e quando ele chegaram, umas duas horas da manhã, ficaram com medo de encostar”.

De lá, foram todos para a Delegacia da Mulher. A mãe com roupa de dormir. Ao chegar no distrito policial, os soldados bateram à porta. Estava todo mundo dormindo. Após algum tempo de espera, surge um rapaz com rosto sonolento. Antes de abrir, foi ao banheiro, lavou o rosto, penteou o cabelo. Enquanto isso, mulher, policiais e criminoso esperavam. Depois, o rapaz chamou uma mulher, a delegada de plantão. “Ele chamou uma menina. Acho que ela ainda não tinha 18 anos. Era a delegada. Falou com os policiais e me disse que não podia fazer nada. Tudo o que podia ser feito era Boletim de Ocorrência”, afirma.

Maria das Dores fez o boletim, mais um para a sua indesejada coleção. O filho ficou. Voltou no outro dia de manhã pra casa, sorriso de orelha a orelha. Uma felicidade específica, meio sarcástica, que talvez só seja sentida por criminosos impunes. Pelo que soube a mãe, nas poucas horas que ficou na delegacia, em vez de ficar preso, ficou incumbido de fazer faxina em uma sala do local.

Após tantos anos de luta e sofrimento, Maria das Dores pede apenas um pouco de paz. Admite que ama o filho, que “quer muito bem a ele”, tal qual a maioria das mães que existem por aí, mas que gostaria de vê-lo preso, pelo menos um ano. Nesse intervalo, ela acredita que provavelmente alguma coisa de bom ele poderá aprender, e principalmente traria sossego à mãe. “Eu acharia era bom, porque me daria paz”.

Enquanto não finda sua luta, Maria das Dores desabafa: “Eu vou esperar só por Deus. Não adianta esperar por outra coisa, porque não existe. Iniciei minha trajetória faz tanto tempo, e olha onde estou. Esse rapaz é cadastrado já tem quatro anos no Caps, e eu posso levar ele nos braços? Ele não vai porque ele não quer. E não quero que me critiquem. Eu não sou mãe desleixada, sem vergonha. O que eu mais fico pensando é como a imprensa consegue trabalhar sabe. A imprensa encontra um delegado muito rápido. A gente vê na televisão todo dia repórter conversando com delegado. Mas a história é outra quando quem precisa do delegado é o cidadão comum. É a coisa mais difícil do mundo encontrar nessas delegacias um delegado”. E finaliza frisando a única casa que ainda lhe deu a mão: “Aqui eu não reclamo de nada. O tempo que tem isso aqui de existência, eu tenho de frequência. Aqui, elas fazem o que podem”.

8. CONCLUSÃO

8.1 Instrumentos de combate

É fato que o passo mais difícil e fundamental a ser dado pela mulher vítima de violência é a denúncia. A partir deste ponto, é notória uma evolução do comportamento feminino, culminando no enfrentamento direto contra o agressor. E o principal instrumento para o fortalecimento delas são os centros de atendimento à vítima de violência, como o Estadual (Ceram) e o Municipal, CRM. O Centro de Referência e Atendimento à Mulher Francisca Clotilde (CRM), localizado no bairro Benfica, em Fortaleza, é o sopro de esperança em que muitas mulheres se agarram para não perderem a vontade de viver. Formado por uma equipe de profissionais, como psicólogas, sociólogas e advogadas, o Centro cede às vítimas de violência todo o amparo necessário ao rompimento do ciclo da violência. Geralmente, as mulheres chegam ao local – que, propositalmente, parece com uma das casas da rua onde está instalado, para evitar a identificação e exposição das mulheres - encaminhadas de outras entidades, como a Delegacia de Defesa da Mulher ou o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Ao chegar ao CRM, a mulher tem um atendimento inicial, no qual conta sua história às profissionais do Centro. De acordo com as necessidades que apresentar (jurídica, psicológica, financeira), ela é encaminhada a atendimentos mais específicos. Visita após visita, a mulher vai conhecendo seus direitos, realizando acompanhamento psicológico e participando de rodas de conversa com pessoas que passam por situação semelhante. Com isso, ela percebe que está longe de estar sozinha nessa luta e enxerga no drama da outra a solução para o seu. Em casos mais delicados, no qual a mulher corre risco de vida ou não tem onde morar, a vítima é enviada a uma Casa Abrigo, de endereço confidencial, visando receber todo o apoio necessário para que possa, de fato, iniciar sua jornada por Justiça.

“A mulher vem e passa por essa avaliação de risco, que é subjetiva. Nessa avaliação é que decidimos ou não pelo abrigo, que pra gente é a última possibilidade, porque entendemos a dificuldade que representa isso. A mulher vai ter que mudar seu ritmo de vida, sua estrutura, por conta da agressão, quando, na verdade, o que a gente quer é que ela enfrente a situação de violência. É disso que vai vir a

autonomia dela: do enfrentamento, e não da fuga. Fuga no sentido de que ela terá que ser resguardada para não morrer. A gente sempre procura fazer o abrigo solidário, aquele em que algum familiar da vítima, que seja do desconhecimento do agressor, a recebe”, orienta a psicóloga Gorete de Castro.

“Em casos de maior urgência, como ameaça à integridade física da vítima, nós conseguimos rapidamente uma medida protetiva, um abrigo sigiloso. Mas o rompimento completo dessas mulheres com o caso, do ponto de vista psicológico, pode demorar até anos. Demora bastante até que elas realmente deixem a relação pra trás e estejam preparadas para viver algo novo. E não é incomum nós vermos mulheres que rompem um ciclo de violência e acabam iniciando outro”, lamenta a advogada Ingrid Viana.

Em contrapartida, de acordo com a socióloga Janaína Sampaio Zaranza, há casos em que é visível a transformação de algumas das mulheres que chegam ao Centro “No caso das mulheres que realmente optam por mudar, é interessante e reconfortante perceber que até a postura delas muda. Quando chegam aqui, elas são acanhadas, com a postura envergada, muitas delas sob efeito de antidepressivos. Após os trabalhos internos, participando de grupos, conversando com as especialistas, elas vão criando uma segurança. E nós tentamos fazer com que elas superem um dos principais problemas que elas relatam: a solidão. Porque essas mulheres não estão mais com o seu companheiro, muitas não têm o apoio da família, então, elas se veem ilhadas. Nosso trabalho atenta para que elas retomem, aos poucos, a identidade. Tem mulheres aqui que se transformam em outras pessoas”, conta. Segundo a especialista, no entanto, há muitos casos em que as mulheres vão uma vez e sequer retornam para os trabalhos seguintes.

8.2 Lei Maria da Penha: o que ainda falta?

É unânime entre as especialistas que trabalham no CRM que a vigência da Lei Maria da Penha trouxe inúmeros benefícios aos direitos femininos. A divulgação da lei e a punição mais efetiva dos crimes foram responsáveis, porém, pela expansão do número de ocorrências. Notadamente, os casos de violência moral, verbal e psicológica, apresentaram dados bem mais significativos com a lei. O que houve, na verdade, foi o relevante aumento da quantidade de denúncias, responsáveis pelo inchaço das estatísticas. “Percebemos um aumento nos tipos de violência mais subjetivas. O homem pensou: ‘já que eu não posso bater, vou violentá-la de outra forma’”, acredita a advogada Ingrid Viana. No caso da violência física, de acordo com ela, a explicação está no maior conhecimento da população sobre o tema: “É uma lei da qual todo mundo pelo menos já ouviu falar. Nós vemos os dados pós Maria da Penha e há quem diga ‘ah, mas a violência acabou aumentando’. Mas foi a denúncia que aumentou e, conseqüentemente, os números de violência cresceram”. O balanço que Ingrid faz dos quatro anos em que a lei está em vigor é positivo, mas, segundo ela, o Brasil ainda carece de uma estrutura mais fortalecida para dar conta do problema: “A lei funcionou como uma intolerância judicial em relação a esse tipo de violência na sociedade. Juridicamente, trouxe muitas inovações. Por exemplo, as relações homoafetivas também são protegidas pela Lei Maria da Penha. E as medidas protetivas foram outras inovações muito significativas. Mas, para mim, o que ainda pode melhorar é a estrutura para a efetivação dessa lei. É preciso ter mais delegacias, outros juizados, para que se possa realmente tornar aquilo que está ali no papel uma realidade. E, claro, políticas públicas voltadas para a mulher”, avalia.

A socióloga Janaína Sampaio Zaranza elogia a rigidez que a lei trouxe ao tratar da violência contra a mulher. “Hoje, é importante que o homem saiba que, se ele bater, ele vai ser preso. De certa forma, isso é uma semente que está sendo plantada. Antigamente, apelava-se para a questão ‘ah, mas eu sou um pai de família. Eu nunca roubei, nunca assaltei, sou trabalhador honesto’. Não importa. Ele pode ser o melhor trabalhador do mundo, pode não ter ficha criminal, mas se ele estiver ferindo sua companheira, ele vai ser preso. E isso foi um imenso ganho da Lei Maria da Penha. Antes, moralmente, sabia-se que não podia bater, mas hoje quem bater vai preso. Outra

bela inovação foi a questão dos juizados, que, agora, podem tirar o agressor da casa. Antes, o sujeito pensava: ‘Eu não vou sair daqui porque essa casa é minha’. E, muitas vezes, a agredida é que tinha de sair, sem qualquer amparo”, afirma, referindo-se às medidas protetivas.

8.3 O sonho de uma sociedade amadurecida

Mais importante do que os efeitos jurídicos, que têm como objetivo resolver as questões de modo imediato, é o amadurecimento da sociedade como um todo. De acordo com Janaína, a mudança de mentalidade é fundamental para agregar valores às modificações legislativas e mitigar a violência. No entanto, segundo ela, deverá levar tempo para essa transformação. “A Lei já trouxe a mudança, já plantou a semente, mas aspectos subjetivos devem ser levados em conta. É importante, primeiramente, a compreensão da violência. Desmistificar pequenas questões que nós costumamos achar bobas. As modificações na nossa sociedade advindas com a lei Maria da Penha, que impedem que um homem agrida uma mulher, seja lá de que forma, só terão realmente uma mudança mais visível na sociedade quando a mente das pessoas mudar. Acredito que isso só deva acontecer em 30 anos. Acho que é um tempo aproximado para que a sociedade consiga assimilar essas modificações. O homem precisa ter uma outra percepção da mulher e das relações. E essa questão não vai ser facilmente digerida. Quando falamos nessa modificação de pensamento, não é exclusividade do homem. A mulher também possui uma mentalidade machista. Eu espero muito, que, daqui a 30 anos, ninguém precise apelar para a Lei Maria da Penha. O ideal é que baste a consciência para que a violência não ocorra”, avalia.

A psicóloga Gorete de Castro concorda que ainda persistem valores culturais errôneos quanto à feminilidade e, segundo ela, tais valores são cruciais na gênese da violência doméstica. “Existem pessoas que são conscientes dessa questão. Os problemas começam lá embaixo, quando há a divisão do que é, por exemplo, o brinquedo pra mulher e pra homem. ‘Não vou vestir meu filho de rosa porque ele vai ser chamado de viado. Não posso botar minha filha no futebol, porque existe o estereótipo’, é o que dizem. Enquanto a gente não romper com essas lógicas que foram criadas,

continuaremos auxiliando na construção desse homem agressor. Quem dera se os meninos fossem mais estimulados a brincarem de casinha, porque eles seriam muito melhores companheiros, porque iriam participar da vida dessa mulher junto com ela. Hoje em dia, muitos homens trocam fraldas melhor do que as mulheres. Levantam de madrugada e vão cuidar do filho, dão mamadeira, porque sabem que a mulher está cansada. Ele também está, mas ele quer participar. É essa a mudança que já está começando, e é na base, na brincadeira, no que a gente ensina, nas diferenças entre mulheres e homens, nos cargos que estão sendo ocupados. Tem mulheres ocupando espaços masculinos e homens ocupando espaços femininos. Isso é ótimo! Não estereotipa, não coloca nessas caixinhas: isso é coisa de mulher, isso é coisa de homem. Se a mulher muitas vezes compartilha dessa cultura machista é porque infelizmente há muito ela está inserida nela. Como é que ela não vai fazer isso? O olhar dessa cultura sobre essas pessoas que estão fazendo diferente é muito crítico, mas são essas mudanças que vão propiciar o novo homem. Que ele supere essa crise da identidade masculina que ele está vivenciando e que a mulher também encontre um novo espaço na vida dela”, explica Gorete.

Para a psicóloga, um assunto tão enraizado na sociedade leva muito tempo para ser superado. Portanto, as leis são apenas um pontapé inicial para uma transformação que só deve atingir sua completude com o passar das gerações. De acordo com ela, hoje, já vivenciamos as mudanças, ainda que de modo embrionário. “Ainda estamos engatinhando na questão de a mulher romper o ciclo de violência. Ainda estamos plantando isso. Faz pouco tempo que isso passou a ser visto como crime. Faz pouco tempo que a mulher passou a olhar para si em detrimento de olhar primeiro para o marido e para os filhos. E elas se sentem culpadas quando fazem isso. É muito grande a quantidade de mulheres que se sentem culpadas por terem denunciado o agressor. ‘Ele não merecia. Ele acabou com minha vida, mas ele não merecia. Ele me bate, ele me xinga, ele acaba com meus planos, com minha auto estima, mas ele não merece ser chamado em uma delegacia. Ele faz parte do meu projeto de vida. Eu escolhi esse homem bom, mas no pacote veio esse homem mau, e eu tenho que lidar com ele, porque acima de tudo existe uma grande instituição, acima do bem e do mal, chamada família’”, critica a psicóloga.

De acordo com ela, a sociedade prega a família como prioridade absoluta, muitas vezes, em detrimento da felicidade da mulher. “A gente ainda é muito

complacente com esse conceito de família. 'Família é mais importante que tudo', e não é pra ser. A gente precisa desmistificar o conceito de família, que família é aquela de margarina. Tudo é transformação social. A história ensina que as coisas só vão acontecendo de acordo com a necessidade e com o anseio. As transformações hoje pedem outro tipo de companheiro, aquele que ajuda a mulher em casa, que assume um terceiro turno. Isso não vai diminuir a masculinidade. É essa sociedade transformada que a gente quer. Não ter espaço para: 'Porque sou homem, tenho que dominar você'. É uma experiência difícil.

8.4 Muito a ser feito

Apesar da Lei Maria da Penha e de uma mudança no comportamento das novas famílias, muito ainda precisa ser feito, especialmente no que concerne à organização do Estado para suportar a alta demanda de denúncias. Mulheres que sofrem desse problema não faltam, mas a estrutura é mínima. É inadmissível, por exemplo, que uma cidade como Fortaleza, que possui 2,5 milhões de habitantes, conte com apenas uma Delegacia de Defesa da Mulher. Como esperar pela efetiva punição de criminosos com tamanha defasagem? Sem falar que a mulher precisa passar pelo estorvo de enfrentar uma longa fila até que possa obter um Boletim de Ocorrência. As medidas protetivas, principal trunfo da nova legislação, também se mostram falhas. Por serem pedidas pela delegada ou juíza a partir da denúncia da vítima e de uma avaliação subjetiva da necessidade ou não de solicitá-las, correm o sério risco de não serem executadas, ou de serem realizadas em um tempo maior do que o necessário. Casos de mulheres que denunciaram seus maridos e foram vítimas da espera pela execução de medidas mais incisivas que as protegessem não faltam.

A garçonne Marilene Gomes dos Santos, morta em Fortaleza em outubro de 2010, desperta para esse problema. Mesmo após fazer três Boletins de Ocorrência contra o ex-namorado, não obteve a ajuda necessária para que fosse poupada a tempo de seu assassinato. Discute-se tanto o quebrar do silêncio, mas onde está o resguardo daquelas que o resolvem fazer? Ele esbarra justamente na falta de estrutura fornecida pelo Estado. Os três casos citados neste trabalho são fortes exemplos da morosidade da

Justiça mesmo no que tange à Lei Maria da Penha. Apesar de terem seguido em frente e enxergarem um horizonte de novas possibilidades, nenhuma das mulheres vivenciaram a devida punição dos agressores. Todos eles continuam livres e à espreita, à espera da primeira oportunidade. As ameaças inclusive são uma constante. Ou seja, todas as Outras Marias da Penha convivem diariamente sob risco de morte. O real benefício proporcionado pela Lei, em parceria com o Estado, que se pode inferir dessas histórias foi o fortalecimento psicológico dessas mulheres, resgatando nelas a auto-estima necessária para que enfrentassem seus agressores, sem medo. É importante, mas não suficiente. O problema é que, se um desses agressores perder o único fio que ainda os conecta à sanidade e evita que cometam uma ação ainda mais cruel, será mais um episódio de tragédia anunciada e mais um dado estatístico para ilustrar a terrível realidade da violência de gênero. Após, finalmente, conseguirem abandonar o barco à deriva, o alento pelo qual procuravam jamais foi completo. Apesar de terem amadurecido e se fortalecido, nossas protagonistas vivem até hoje à sombra do medo. Os homens que transformaram suas vidas em um inferno estão todos em situação superior à delas. Os vilões da história podem andar calmamente por onde bem desejarem, enquanto as vítimas são reféns do passado, acorrentadas por lembranças. Por mais que enxerguem um horizonte iluminado, há sempre nuvens escuras, preparadas para transformar a calmaria em tempestade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, ZULEIKA. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ARISTÓTELES. **A história animalium**, tradução de Arthur Platt. In: SMITH, John Alexander; ROSS, William David (eds.). *The works of Aristotle translated into English*. Vol. 5. Oxford: Clarendon Press, 1912.

BOURDIEU, PIERRE. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUCCI, EUGÊNIO. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAPUTO, STELA GUEDES. **Sobre entrevistas: teoria, práticas e experiência**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

CARVALHO, EDUARDO A.; RIBEIRO, R. A. FERNANDES. **Uma análise histórico-jurídica da violência contra a mulher na Região do Cariri**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE DIREITO. Disponível em: <http://www.urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD2_files/Eduardo_CARVALHO.pdf>. Acesso em 15. set. 2010.

CHRIS Brown é preso após acusação de agredir Rihanna, afirma site. **Folha de São Paulo Online**. São Paulo, 9 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u500993.shtml>>. Acesso em 10 ago. 2010.

CRIMES passionais terminam com 2 mulheres mortas no Cariri. **Portal Verdes Mares**. Fortaleza, 25 ago. 2010. Disponível em: <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=299043&modulo=183>>. Acesso em 25 ago. 2010.

FISCHER, I. RUFINO; MARQUES, F. **Gênero e exclusão social**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>>. Acesso em 15 mai. 2010.

FOUCAULT, MICHEL. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GRUPO MULHER IDEAL. Estatística da violência contra as mulheres no Cariri. Disponível em: <<http://mulheridealcariri.blogspot.com/p/prestando-servicos.html>>. Acesso em 16. Set. 2010.

GUIRADO, ANTONIO MARTÍN. Mel Gibson é apenas mais uma celebridade vítima da própria fama. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/813066-mel-gibson-e-apenas-mais-uma-celebridade-vitima-da-propria-fama.shtml>>. Acesso em 11 out. 2010.

JORNALISTA é encontrada morta em Ibiúna. **Folha de São Paulo Online**. São Paulo, 20 ago. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u8028.shtml>>. Acesso em 15 ago. 2010.

JORNALISTA morta em Ibiúna será enterrada hoje no Cemitério Horto Florestal. **Folha de São Paulo Online**. São Paulo, 21 ago. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u8061.shtml>>. Acesso em 15 ago. 2010.

KANT, IMMANUEL. **Observações sobre o belo e o sublime**. Campinas: Papyrus, 2000.

KARAM, FRANCISCO JOSÉ CASTILHOS. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

LEITE, FABIANA. Juiz decreta prisão de jornalista acusado de matar ex-namorada. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 ago. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u8070.shtml>>. Acesso em 16 ago. 2010.

LEMOS, NINA. Comentário: Dado transforma fãs em mulheres de malandro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 ago. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/788214-comentario-dado-transforma-fas-em-mulheres-de-malandro.shtml>>. Acesso em 24 ago. 2010.

LIMA, EDVALDO PEREIRA. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 24-25.

LINO, ALICE DE CARVALHO. Belo e sublime: a mulher e o homem na filosofia de Immanuel Kant. Disponível em: <http://www.tede.ufop.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=317>. Acesso em 17 mai. 2010.

LOBO, NATHÁLIA; RIBEIRO, FERNANDO. 33 assassinatos em 4 meses. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 12 mai. 2008. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=536890>>. Acesso em 20 mai. 2010.

MANSO, BRUNO PAES. Dez mulheres são mortas por dia no País. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,dez-mulheres-sao-mortas-por-dia-no-pais,575974,0.htm>>. Acesso em 3 jul. 2010.

MORAIS, MIRELLY. Familiares de Daniela Matos esperavam por justiça há 14 anos. **Jornal do Cariri**, Região do Cariri, 16-22 nov. 2010, p. 6.

MUNIZ, DIVA DO COUTO GONTIJO. O tom do "Bom-tom": os manuais de civilidade e a construção das diferenças. **Caderno Espaço Feminino**, Brasília, v.9, n.10/11, 2001/2002.

NEPOMUCENO, YAÇANÃ. Juazeiro do Norte terá Centro de Referência da Mulher. **Jornal do Cariri**, Região do Cariri, 16-22 nov. 2010, p.6.

NEWNUM, MARIA. Astros que espancam, estrelas que apanham. Disponível em: <http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1047&catid=1:artigos-assinados&Itemid=5>. Acesso em 9 ago. 2010.

NOBRE, MARIA TERESA. De tragédias à Tragédia: violência doméstica, denúncia e função social das Delegacias da Mulher. **Mneme - Revista Virtual de Humanidades**, v.5, n.11, julho-setembro/2004.

_____. Um panorama da violência contra a mulher em Aracaju na década de 90. **Revista da Fapese**, v.5, n.1, p. 5-26, janeiro-junho/2009.

PEDRO, JOANA MARIA. As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Capdevila. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005

PIMENTA Neves pagará cerca de R\$ 400 mil aos pais de Sandra. **Diário do Grande ABC Online**. São Paulo, 30 set. 2010. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/News/5832919/pimenta-neves-pagara-cerca-de-r-400-mil-aos-pais-de-sandra.aspx>>. Acesso em 30 set. 2010.

PLATÃO. **A República Livro V**, tradução de J. Guinsburg. 2º volume. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

RIBEIRO, FERNANDO. Violência cresceu em 2009. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 4 jan. 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=714986>>. Acesso em 21 mai. 2010.

ROUSSEAU, JEAN-JACQUES. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SANTOS, C. MACDOWELL; IZUMINO, W. PASINATO. Violência contra as mulheres, gênero e cidadania: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista E.I.A.L.** – Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, Tel Aviv, 2005.

_____. Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil. Disponível em: < [http://www.observe.ufba.br/_ARQ/bibliografia/MAPEO_Brasil\[1\].pdf](http://www.observe.ufba.br/_ARQ/bibliografia/MAPEO_Brasil[1].pdf). Acesso em 20 mai. 2010.

VIOLÊNCIA contra a mulher. **TV Verdes Mares**. Fortaleza, 9 set. 2009. Disponível em: < <http://tvverdesmares.com.br/bomdiaceara/violencia-contra-a-mulher-9/>>. Acesso em 9 set. 2010.

WOOLF, VIRGINIA. Three guineas. United States: Mariner Books, 1963.